

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ADRIANA PITTA RAMOS ROCHA

**O Padrasto na Família Recasada: Uma Análise da Produção
Acadêmica Brasileira**

MACEIÓ
2015

ADRIANA PITTA RAMOS ROCHA

**O Padrasto na Família Recasada: Uma Análise da Produção
Acadêmica Brasileira**

Trabalho apresentado ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr^a. Heliane de Almeida Lins
Leitão

MACEIÓ
2015

Folha de Aprovação

ADRIANA PITTA RAMOS ROCHA

O Padrasto na Família Recasada: Uma Análise da Produção Acadêmica Brasileira

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Aprovado em

Prof. Dr^a Heliane de Almeida Lins Leitão (Orientadora)

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Hulda Helena Coraciara Stadtler (Examinadora externa)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr^a. Adélia Augusta Souto de Oliveira (Examinadora interna)

Universidade Federal de Alagoas

Aos meus filhos Pérola, Agnes e Samuel e meu marido José Carlos, que são, respectivamente, enteados e padrasto, por todo ensinamento prévio sobre o padrasto na família recasada.

Agradecimentos

Partindo da ideia do ensaísta francês Jean de La Bruyère que diz que não há no mundo exagero mais belo que a gratidão, quero aqui expressar exageradamente toda minha gratidão a Deus e aos “anjos” que Ele colocou junto a mim durante a construção deste trabalho.

Deus, que sempre deixa explícita a Sua presença em minha vida.

Minha orientadora Prof^a Dr^a Heliane de Almeida Lins Leitão que foi fundamental com seus ensinamentos, incentivo e paciência.

Prof^a Dr^a Adélia Augusta Souto de Oliveira que me deu um suporte valioso num momento importante.

Todos os professores do programa, que compartilharam conosco seus saberes.

Prof^a Dr^a Hulda Helena Coraciara Stadtler e Prof^a Dr^a Adélia Augusta Souto de Oliveira, que aceitaram o convite para participarem da banca de avaliação dessa dissertação.

Minha família: meus pais, Gisele e Romildo, minhas irmãs, Isabelle e Jeane e meu marido, José Carlos, que foram incansáveis em me apoiar emocionalmente, financeiramente e na correria do dia a dia de uma mãe de três filhos.

Meus três filhos, Pérola, Agnes e Samuel, que foram exemplares ao compreenderem tantos “nãos” e tantas ausências minhas.

Minha querida prima Roseanne por sua disponibilidade e carinho de sempre.

Amigas queridas, Roberta e Milana, que estavam sempre me dando incentivo e “empurrões”.

Luciana, Sílvia e Conceição, minhas Diretoras na escola em que trabalho, que acreditaram em mim e abriram mão da minha presença no ambiente de trabalho em diversos momentos ao longo desses dois anos de estudo.

Querida Walkíria Souza, que navegou comigo no mesmo barco e no mesmo mar às vezes calmo, às vezes turbulento, e que também está chegando ao fim dessa jornada vitoriosa.

Querida Dr^a Audinei, que me deu uma ajuda preciosa e necessária para a finalização desse processo.

Recebam todos, o meu imenso MUITO OBRIGADA!

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer e analisar a produção acadêmica brasileira sobre o padrasto na família recasada. Objetivou, ainda, realizar levantamento bibliográfico de estudos sobre o padrasto, identificar as áreas de conhecimento vinculadas às pesquisas, identificar os aportes teóricos adotados nas pesquisas em Psicologia e discutir como a produção acadêmica em Psicologia vem abordando as concepções de padrasto nas famílias recasadas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema a partir de busca em cinco bases de dados, incluindo periódicos, dissertações e teses: Scielo Brasil, Index Psi Revistas Técnico-Científicas (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia), Index Psi Teses (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia), Banco de Teses da CAPES e Portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foram utilizados os seguintes descritores: padrasto(s), recasamento(s), recasado(s), família(s) recasada(s), família(s) reconstituída(s) e família(s) recomposta(s). Foram alvos da pesquisa artigos, teses e dissertações produzidos no Brasil e publicados até 2013, tendo sido encontrados 421 trabalhos. A partir dos resumos dos trabalhos foi realizada leitura de reconhecimento e análise preliminar para eliminar repetições geradas pelos múltiplos descritores e bases de dados, resultando um total de 68 publicações, as quais foram agrupadas em função das áreas de conhecimento às quais estão vinculadas. A maioria das publicações (79,4%) está vinculada à área da Psicologia, perfazendo um total de 54 trabalhos, publicados principalmente a partir do ano 2000. Dos trabalhos da Psicologia, 45 foram lidos integralmente e submetidos à análise de conteúdo, enquanto 9 foram excluídos da análise qualitativa porque não estavam disponíveis na íntegra. Os aportes teóricos mais encontrados foram Teoria Sistêmica e Psicanálise, seguidos da perspectiva interdisciplinar nos es-

tudos de família, Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Família. Foram elencadas 8 categorias de análise: a diversidade de termos; a família nuclear e a figura paterna como referências; o padrasto e as funções paternas tradicionais; a nova conjugalidade materna como porta de entrada para o padrasto; o vínculo afetivo entre padrasto e enteados; a contribuição do padrasto à família; padrasto e violência sexual; o padrasto e a clínica do recasamento. Apesar da diversidade de nomenclaturas encontradas, o termo padrasto é o mais utilizado por pesquisadores e famílias. Ao se examinar o lugar do padrasto há uma tendência de se ter como referência o pai da família nuclear tradicional, a qual aparece nas expectativas das famílias, pesquisadores e terapeutas de família. O lugar de autoridade por vezes assumido pelo padrasto é construído de forma particular em cada família, estando frequentemente associado à sua função de provedor financeiro. A entrada do padrasto na família se dá através do seu casamento com a mãe, havendo frequentemente a expectativa de que o afeto do marido se estenda aos filhos e seja correspondido, o que nem sempre acontece. O vínculo estabelecido entre padrasto e enteados perpassa a experiência de ser “como um pai” e se sentir “como filho verdadeiro”. Vários estudos sugerem que o padrasto pode dar uma grande contribuição à vida familiar assumindo um lugar parental próprio, ao lado da mãe e do pai biológico dos seus enteados. Embora o padrasto apareça associado a casos de abuso sexual contra seus enteados, fato que gera expectativas negativas em relação às famílias recasadas, os estudos destacam a importância de se examinar o contexto mais amplo e complexo de violência sexual intrafamiliar. Os terapeutas de família se deparam com os novos contextos familiares, apoiando-se ora no modelo de família nuclear tradicional ora nas novas concepções de família emergentes.

Palavras-chave: Padrasto; Família Recasada; Produção Acadêmica; Psicologia.

Abstract

The objective of this research was to get informed about and to analyze Brazilian academic production about the stepfather in remarried family. It was also aimed to make a bibliographical survey of studies about stepfather, identify the areas of knowledge related to these research, identify the theoretical grounds adopted in Psychology research and to discuss how these productions approach the stepfather's conceptions in remarried families. The study was developed based on five databased research sites about the theme, including journals, thesis and dissertations: ScieloBrasil, Index Psi Revistas Técnico-Científicas, Index Psi Teses (Virtual Library in Health - Psychology), CAPES Thesis database and Portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). The following descriptors were informed: stepfather(s), remarriage(s), remarried(s), Family(ies), remarried Family(ies), reconstructed family(ies), recomposed Family(ies). It was the target of this research 421 studies, including articles, dissertations and thesis produced in Brazil and published until 2013. By reading and making a preliminary analysis of the abstracts of these studies, it was possible to eliminate repetitions created by multiple descriptions and databases, resulting 68 publications, which have been grouped according to the areas of knowledge, related to the theme. Most of the publications (79,4%) are related to Psychology, fifty-four studies. They have been mainly published starting from 2000. Then, they have been fully read, content analyzed and nine were excluded because they were not fully available. The theoretical approaches that have been found were Systemic Theory and Psychoanalysis, followed by interdisciplinary perspective in family studies, Human and Family development. Eight categories of analysis were displayed: term diversity, nuclear family and father figure as references, stepfather and the traditional fatherhood

functions, mother's new marriage as the stepfather inclusion, the affective ties between stepfather and stepsons and stepdaughters, stepfather's contribution to the family, stepfather and sexual violence, stepfather and remarriage advisement. Although a variety of names, most researchers and families use the term stepfather. By examining the stepfather's place, there is a tendency of having as a reference the traditional nuclear family, which appears in families, researchers, therapists' expectations. The stepfather's role of authority is constructed in a particular way in each family, being regularly assumed to be the one who provides financial support to the family. Although the affection of the stepfather towards the mother are given to the children, this does not always happen. The relationship built among them goes by experiencing being a real father and son or daughter. Several studies suggest that the stepfather can give a great contribution to the familiar life, assuming a proper parenthood place, beside the children's biological mother and father. Although the stepfather is associated to sexual abuse, which generates negative expectations in relation to remarried families, studies point out the importance of examining a broader and complex context of intrafamilial sexual violence. Family therapists find new contexts of family, based either in traditional nuclear family or in new conceptions of emerging families.

Key words: stepfather; Remarried Family; Academic Production; Psychology.

Lista de Tabelas

- Tabela 2.1 - Total de publicações encontradas nas Bases de Dados pesquisadas em função de cada descritor. 18
- Tabela 2.2 - Total de publicações selecionadas para o estudo após leitura exploratória..... 19
- Tabela 2.3 - Quantitativo de trabalhos selecionados para o estudo, encontrados nas bases de dados pesquisadas, por área de conhecimento. 20
- Tabela 2.4 - Quantitativo de publicações em Psicologia por período. 20
- Tabela 2.5 - Total de Artigos, Dissertações e Teses de Psicologia selecionados para leitura interpretativa, encontrados nas Bases de Dados pesquisadas, acessíveis e não acessíveis via Internet..... 21
- Tabela 2.6 - Aportes teóricos utilizados nos trabalhos de Psicologia..... 22

Sumário

Introdução	1
1 Família e Contemporaneidade: Construções e Reconstruções	3
1.1 Família: um fenômeno social mutável	3
1.2 Mudanças Familiares: subjetividade e autonomia	5
1.3 Casamento	8
1.4 Divórcio: a conjugalidade desfeita	11
1.5 Recasamento: nova conjugalidade	14
2 O Caminho Metodológico e Construção de Dados Preliminares	17
3 Sobre o Padrasto na Produção Acadêmica Brasileira	24
3.1 A Diversidade de Termos	25
3.2 A Família Nuclear e a Figura Paterna como Referências	27
3.3 O Padrasto e as Funções Paternas Tradicionais: Autoridade e Provedor . .	30
3.4 A Nova Conjugalidade Materna: porta de entrada para o padrasto.	33
3.5 “Como um Pai”: a construção do vínculo afetivo entre padrasto e enteado .	37
3.6 Um novo lugar parental: a contribuição do padrasto	40
3.7 O Padrasto no Contexto da Violência Sexual	42
3.8 O Padrasto e a Clínica do Recasamento	46
4 Conclusões	51
Bibliografia	54
A Apêndice	63
B Apêndice	67

Introdução

O interesse central do presente estudo é a figura do padrasto. Esse personagem passa a fazer parte de um novo grupo familiar a partir de uma nova conjugalidade da mãe e traz consigo uma série de questões relativas à institucionalização de papéis e funções. Uziel (2000) aponta para a importância do padrasto neste contexto de recasamento, na medida em que será uma pessoa que fará parte do cotidiano dos filhos da sua parceira amorosa. Tal vínculo pode gerar expectativas e atribuições de lugares e papéis do padrasto, muitas vezes atrelados à figura paterna, mas numa configuração peculiar, muitas vezes convivendo com a presença e participação do pai na vida dos filhos.

Para Saraiva (2013), construir uma relação afetiva com os enteados não é uma tarefa fácil. Essa nova relação afetiva da mãe sinaliza para o filho que o divórcio dos pais é definitivo, podendo gerar um clima de hostilidade do filho para com o padrasto. Além disso, o recasamento pode provocar nos filhos conflitos de lealdade ao pai, ao se perceberem gostando do padrasto (SOARES, 2008).

Diante desse panorama social cada vez mais frequente, faz-se necessário conhecer e compreender estas especificidades relacionais e suas implicações nos âmbitos micro e macro-social, destacando-se a relevância das pesquisas interdisciplinares. A questão norteadora do presente estudo é: como a produção acadêmica brasileira apresenta e discute o padrasto na família recasada? A relevância do tema se dá em função das dificuldades enfrentadas pelas próprias famílias recasadas e pelos diversos setores da sociedade contemporânea ao se depararem com questões relacionadas a essas diferentes configurações do grupo familiar. Destacam-se, aqui, as instituições sociais ligadas ao campo educacional, assistencial e jurídico. É importante analisar de forma crítica como as produções acadêmicas brasileiras apresentam e discutem o padrasto nas famílias recasadas, como também suas implicações, pois as produções realizadas no âmbito acadêmico influenciam os modos de relação que se estabelecem entre as pessoas, assim como entre as famílias e as diversas instituições sociais.

O objetivo principal da presente pesquisa é conhecer e analisar a produção acadêmica brasileira sobre o padrasto na família recasada. Apresenta também como objetivos: realizar levantamento bibliográfico de estudos sobre o padrasto na família recasada, identificar as áreas de conhecimento vinculadas às pesquisas investigadas, identificar os aportes teóricos adotados nas pesquisas em Psicologia e descrever como a produção acadêmica em Psicologia vem abordando as concepções de padrasto nas famílias recasadas e discutir suas implicações.

No primeiro capítulo, iremos trazer algumas discussões teóricas a cerca do padrasto no contexto da família recasada. Autores como Féres-Carneiro, Wagner, Kehl, Grisard Filho, Uziel, entre outros, trazem seus pontos de vista a respeito do padrasto na família recasada, construídos ao longo de suas pesquisas na área de família. O segundo capítulo irá mostrar o percurso metodológico da presente pesquisa e trará os primeiros resultados quantitativos do material pesquisado. Os resultados qualitativos, que mostram as concepções e discussões realizadas nos trabalhos acadêmicos de Psicologia analisados, serão apresentados no terceiro capítulo. E, por fim, o quarto capítulo trará as conclusões feitas a partir dos estudos analisados.

Família e Contemporaneidade: Construções e Reconstruções

1.1 Família: um fenômeno social mutável

O panorama da família contemporânea mostra diferentes configurações do grupo familiar que se afastam do modelo nuclear. Entende-se por diferentes configurações familiares outras formas de se relacionar e viver juntos, distintas da formação tradicional do modelo nuclear - pai, mãe e filhos - implicando uma ampliação da concepção de família. Famílias monoparentais (constituídas por um dos pais e os filhos), homoparentais (constituídas por duas pessoas que se autodesignam homossexuais e seus filhos, biológicos ou não) e reconstituídas (famílias em que pelo menos um dos cônjuges teve uma relação conjugal anterior à atual, com ou sem filhos) são exemplos de diferentes configurações do grupo familiar. Tais mudanças são advindas das grandes transformações ocorridas na sociedade ocidental, principalmente por influência dos movimentos feministas que trouxeram importantes conquistas e direitos sociais para as mulheres como sua inserção no mercado de trabalho, a liberdade sexual, mudanças nos papéis de gênero e parentais, entre outras (COSTA; DIAS, 2012).

Ao partirmos de uma análise histórica sobre a família ocidental podemos perceber que ao longo do tempo ela vem sofrendo transformações oriundas das influências sociais de cada época, dando a ela características de um fenômeno que se constrói de forma sócio-histórica. Até o século XVII a vida era vivida em público. Segundo Ariès (1981) as pessoas viviam misturadas umas às outras e em casas sempre abertas. Os cômodos da casa tinham utilidades diversas. O público e o privado não se distinguiam e as casas

serviam de moradia e de lugar de trabalho. Diante dessa densidade social não havia lugar para a família. Segundo este autor, havia uma vivência de família, mas ela não existia como sentimento ou valor, sendo sua função assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes.

A família medieval apresentava um tratamento com suas crianças bem distinto da atenção que é dispensada atualmente às crianças. Elas eram mantidas em suas casas até os 7 ou 9 anos e, após esse período, eram enviadas para casas de outras pessoas nas quais permaneciam por um período de 7 a 9 anos, onde eram incumbidas de todas as tarefas domésticas. O objetivo dessa prática era que as crianças aprendessem as boas maneiras. Elas aprendiam pela prática, sendo através do serviço doméstico que o mestre transmitia à criança seus próprios conhecimentos e valores (ARIÈS, 1981).

Segundo Ariès (2012), a partir do século XV houve uma transformação nas realidades e sentimentos da família e um fator principal decorrente dessa mudança foi o aumento da frequência escolar. Até então, a escola era reservada para os clérigos, a uma categoria muito particular de pessoas e misturavam as diferentes idades. Com a transformação familiar e o progresso do sentimento da infância a escola passou a ser um instrumento de inserção social, marcando a passagem da infância para a idade adulta. Nessa época passou-se a ter uma preocupação em separar a juventude do mundo "sujo" dos adultos e os pais passaram a se preocupar em vigiar seus filhos mais de perto e não mais deixá-los aos cuidados de outra família e, dessa forma, houve uma aproximação do sentimento da família e do sentimento da infância. Para Ariès (1981), o conceito de infância e as atitudes diante das crianças a partir do século XVIII são fatores marcantes nas transformações das famílias.

A história da família no Brasil tem suas particularidades, as quais estão relacionadas ao processo de colonização. No Brasil Colônia a família era regida pelo patriarcalismo no qual o pai era o detentor absoluto do poder. O código jurídico da época dava ao pai o direito de punir filhos, esposa e escravos inclusive com castigos físicos. Os filhos estavam à serviço do pai e esperava-se que a criança crescesse rápido para tornar-se produtiva. O modelo patriarcal além de ser tido como o modelo ideal a ser buscado pelas famílias do Brasil Colônia ainda exercia forte influência nos estatutos jurídicos, assim como os códigos portugueses que passaram a reger as relações do casamento mantendo a autoridade absoluta da figura paterna e, com isso, a submissão, obediência e recato da mulher (BRITTO, 1993).

Pesquisas realizadas por Correa (1982) e Almeida (1987) citadas por Britto (1993), contestam sobre o comportamento atribuído às mulheres na sociedade patriarcal, as quais se restringiam ao convívio no ambiente privado e mantinham o recato e obediência ab-

soluta aos seus maridos. Esse modelo parece não ser um modelo feminino generalizado da época, sendo percebido que os valores tradicionais passaram a ser influenciados pelas divergências em relação ao comportamento recatado e submisso da mulher. O fenômeno do mundanismo parece ter sido o que impulsionou o comportamento feminino menos recatado. Esse fenômeno retrata a decadência de costumes da aristocracia e a permissão dada a mulher para participar do mundo social e de ter prazer sexual, comportamentos contrários às ordens da Igreja (BRITTO, 1993).

Galano (2006), traçando um panorama da história da família, nos mostra que a Revolução Industrial traz mais mudanças que interferem diretamente na vida familiar. A família moderna aos poucos vai se tornando conjugal, nuclear e doméstica; a mulher entra no mercado de trabalho alterando de forma irreversível seu papel dentro da família e os casamentos passam a ser direcionados mais pelos sentimentos e emoções. No início dos anos 60, na chamada Idade da Pós-Modernidade, observa-se o aumento dos divórcios e com isso o aumento dos lares monoparentais, das famílias reconstituídas ou famílias com filhos de diferentes casamentos. Outro fenômeno observado nesse período é a legitimação das relações homossexuais, abrindo as portas para a possibilidade da homoparentalidade na década seguinte. Nos anos 90 continua o aumento dos divórcios e recasamentos assim como do número de domicílios de uma pessoa. Ao mesmo tempo, surge um movimento dos filhos adultos voltarem para a casa dos pais ou nem mesmo sair dela.

É inegável a ideia de que a família é uma construção sócio-histórica e que ela reproduz no indivíduo padrões culturais. As discussões acerca de suas transformações devem levar em conta a relação entre o passado e o presente de forma que proporcione uma compreensão mais ampla de seu atual processo de construção. E nós, enquanto sociedade, psicólogos e pesquisadores da família, diante das provocações que surgem no campo das relações familiares, precisamos refletir acerca de que concepções de família partimos e qual espaço damos para a inclusão dos novos elementos que contribuem para a ampliação da noção de sistema familiar e suas diversas possibilidades de configuração.

1.2 Mudanças Familiares: subjetividade e autonomia

O atual contexto sociocultural em que a família está inserida traz uma série de questões acerca de suas características, tanto em relação à sua estrutura como em relação à sua função. Segundo Kaloustian e Ferrari (2011), a instituição família, apesar de viver em meio a discussões sobre seu “enfraquecimento”, se mantém como espaço primordial para o desenvolvimento e proteção dos filhos e dos demais membros que a compõem, independentemente de sua configuração. Os valores culturais e as marcas geracionais se constroem

primeiramente em seu interior. Court (2005) afirma que na família “ocorre a ontogênese de cada ser humano que existe, de um modo absolutamente único e singular” (p. 23). O jurista brasileiro Caio Mário S. Pereira (1975), citado por Britto (1993), não considera que haja crise na família moderna, mas novas formas de defini-la que afetam o campo da lei e do Direito. Britto afirma que ele “acredita que o mundo atual impõe uma concepção diferente de família, circunscrevendo um Direito com normas mutáveis”(BRITTO, 1993, p. 52).

Segundo Bruschini (1993), é importante que haja a desnaturalização do conceito de família e, para isso, é necessário que a família seja entendida enquanto um fenômeno social mutável. As diversas sociedades apresentam modelos diferentes de organização familiar, entretanto, apesar dessa diversidade, cada sociedade utiliza-se de um destes modelos como hegemônicos para descrever as formas de organização familiar.

O viés normativo do modelo de família nuclear também é citado por Szymanski (1997). Esta autora sinaliza que desde Freud a família é considerada o referencial para o desenvolvimento emocional da criança e essa família é retratada com as figuras de pai, mãe e filhos seguindo o modelo da família nuclear burguesa. A família, ao se afastar da estrutura do modelo nuclear, foi frequentemente vista como “desestruturada” e os problemas emocionais que surgiam eram associados a essa “desestrutura”. Sendo assim, o foco era dado na estrutura da família e não na qualidade de suas inter-relações.

As mudanças ocorridas na família ao longo do tempo mostram um funcionamento interno diferente dessa família, permitindo mais a expressão pessoal e a autonomia de seus membros. Em cada país surgem quadros de vida familiar com suas particularidades, no entanto, vê-se a permanência de uma base comum a qual permite a construção identitária das crianças e adultos nas relações intrafamiliares (PEIXOTO e CICHELLI, 2000).

Na modernidade vemos os aspectos socioculturais e a subjetividade sofrendo os efeitos das constantes transformações sociais. Segundo Figueira (1987), a dimensão da subjetividade é mais resistente à mudança do que a dimensão sociocultural e talvez seja a área de maior inércia e maior dificuldade no processo de mudança social. O autor fala, ainda, sobre a coexistência dos antigos e novos ideais e identidades, sinalizando que o arcaico, ao contrário do que se acredita, se mantém presente, porém de forma invisível, fazendo, de forma eficaz, oposição ao moderno. Dentro dessa modernização ele sinaliza a existência da modernização reativa ou falsa modernização que significa a tentativa de eliminar padrões considerados arcaicos, porém utilizando-se a mesma forma radical, autoritária dos padrões antigos e sem qualquer possibilidade de opção por parte das pessoas. Dessa forma, não se garante a modernidade ao se impor conteúdos considerados apropriados socialmente, em contraposição aos considerados arcaicos, não se admitindo, assim, uma pluralidade de

comportamentos.

Figueira sinaliza a importância de se analisar as mudanças sociais indo do “sociologicamente visível” até o “sociologicamente invisível”. Ele define o “sociologicamente visível” como “aquilo que a maior parte das teorias sociológicas problematiza e nos permite ver e pensar sistematicamente” (p. 14); e o “sociologicamente invisível” como “toda a dimensão que a maior parte das teorias sociológicas negligencia, seja porque não percebe sua importância, seja porque a considera da alçada das disciplinas psicológicas” (p. 14). Este último está representado pelas emoções, desejos e fantasias contidas no sujeito enquanto agente socializado que é dotado de uma subjetividade.

Segundo Figueira (1987) o processo de modernização da família foi guiado pelo ideal de uma família igualitária que surgiu a partir da metade do século XX. Até então, prevalecia o tipo de família hierárquica, na qual o marido tinha uma posição de autoridade em relação a sua esposa e seus filhos, sendo que os direitos, deveres e privilégios eram concedidos aos membros da família de acordo com sua posição, sexo e idade

Singly (2000) aponta que, por razões ideológicas e objetivas, as sociedades contemporâneas ocidentais deram espaço para o surgimento da verdadeira essência do indivíduo e de sua autonomia, o que revelou indivíduos diferentes de gerações anteriores. No entanto, essa procura de si necessita do olhar dos outros e a família é um lugar que dá essa possibilidade. A vida privada dá essa possibilidade. A família (em suas diversas formas) nas sociedades individualistas se apropriam da função de consolidar em permanência o “eu” dos adultos e crianças. Boa parte da identidade pessoal dos indivíduos se constrói no espaço em que circula o amor. Ao contrário do que se acredita em relação ao individualismo, o indivíduo precisa do olhar de pessoas que lhes são importantes para tornar-se ele mesmo (SINGLY, 2000).

Singly (2000) aponta que as famílias contemporâneas mantêm a lógica do amor trazida pelas famílias do período precedente, que vai do início do Século XX até os anos 60. No entanto, elas se distinguem das precedentes ao dar maior peso ao processo de individualização no qual o elemento central passa a ser os membros que compõem o grupo e não mais o grupo reunido. A relação conjugal se modifica diante da maior independência das mulheres, da possibilidade do divórcio com consentimento mútuo e diminuição do poder paterno. Essa família é caracterizada como “individualista e relacional”. Ao se compor com a individualização a família contemporânea se mostra paradoxalmente frágil e forte. Sua fragilidade está no desconhecimento da duração de sua existência, e sua força na existência da possibilidade de ter a vida privada com uma ou várias pessoas próximas, desejo da maioria das pessoas, desde que a família não seja percebida como sufocante. E, na fala do autor, “é nessa tensão entre os dois pólos (relacional e individualista) que se

constroem e se desfazem as famílias contemporâneas” (SINGLY, 2000, p. 15).

1.3 Casamento

Assim como a família, o casamento também vem passando por uma série de transformações ao longo do tempo. O que antes era visto como algo indissolúvel hoje tem uma perspectiva de que se pode tomar a decisão de se manter ou não na relação marital. Fatores como as transformações no papel feminino, a co-habitação antes do casamento, o aumento da expectativa de vida, colaboram para as mudanças na concepção de casamento. (MAYOR e FARIAS, 2012).

Numa perspectiva histórica sobre o casamento, Britto (1993) aponta que ao longo do tempo percebe-se que as diversas regulamentações a respeito do casamento e do divórcio são estabelecidas alternadamente entre o Estado e a Igreja, de acordo com os diferentes períodos históricos. Apenas no século XIX surge uma legislação civil brasileira a ser aplicada ao casamento dos que não eram católicos. A Proclamação da República na história do Brasil é um elemento importante para a desvinculação da Igreja com o Estado. O decreto 181 de 1890 aboliu a jurisdição eclesiástica passando a considerar como único casamento válido aquele que for realizado perante as autoridades civis. O Código Civil Brasileiro de 1916 atribui o termo família à união legalmente constituída pela via do casamento civil e a Constituição de 1988, no artigo 226, parágrafo terceiro, reconhece a “união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar” e no parágrafo segundo admite que “o casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei”.

Em meados do século XIX chega ao Brasil um movimento que preconizava normas e hábitos que colaborariam com o aprimoramento da saúde coletiva e individual. Esse movimento foi denominado de “movimento higienista” e sua ideia central era a valorização da população, vendo-a como talvez o principal recurso da humanidade (GÓIS JÚNIOR, 2007). O casamento recebeu influências desse movimento o qual sinalizou e combateu hábitos que vinham do sistema patriarcal do Brasil Colônia.

Segundo o movimento higienista o que sustenta o casamento é o amor. Na época do Brasil Colônia esse fator não era levado em conta. Os casamentos aconteciam a partir de motivações econômicas e sociais e eram determinados pelas famílias. Com a chegada da família real ao Brasil a escolha dos noivos, realizada pelo patriarca, passou a incluir a educação e boas maneiras como atributos a serem levados em conta. A medicina passa a ter forte influência na orientação sobre os costumes em relação às uniões conjugais. Questões como casamento cosanguíneo e a grande diferença de idade entre os noivos são discutidas e avaliadas como risco diante da prole gerada nessas uniões, sendo impostas

novas formas de relação familiar, o que contribuiu para que o casal passasse a ter como compromisso primordial os filhos (BRITTO, 1993).

Com a industrialização muitas famílias rurais migram para as cidades e trazem consigo hábitos que foram desaprovados pelos higienistas, como a grande quantidade de pessoas dentro da casa, poucas condições de higiene e habitações inadequadas. Os novos valores higiênicos trouxeram a criança para um lugar de destaque nos cuidados e atenção do casal e a partir disso reafirmou-se as características próprias e os respectivos papéis sociais do homem e da mulher (BRITTO, 1993). Segundo os higienistas homens e mulheres eram opostos, enquanto a mulher era frágil, delicada, sua moral era constituída de forma débil e havia nascido para a maternidade, o homem era forte e vigoroso tanto no físico como na moral, no entanto, ao assumirem seus respectivos papéis de pai e mãe as arestas de suas diferenças eram aparadas. Com a suposição do instinto materno as mulheres recebem o “compromisso” de exercer a maternidade, se tornando quase um sacerdócio e ao homem é reservado que a realização da paternidade será sua mais alta expressão humana (COSTA, 1979). Segundo Costa (1979) a maternidade e a paternidade foram construídas socialmente a partir da identificação com a feminilidade e a masculinidade.

Até a primeira metade do século XX, ter filhos e constituir família eram os objetivos primordiais do casamento e, o casamento para a mulher, era a única forma permitida de acesso à vida sexual. Atualmente outros elementos passam a fazer parte dos objetivos do casamento: encontrar felicidade, cumplicidade e realização pessoal. Féres-Carneiro (1998) fala sobre o desafio que os casais enfrentam diante de uma dinâmica que envolve duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, dois sujeitos com suas respectivas histórias pessoais convivendo com um projeto conjugal. Essa construção do casal é denominada pela autora de “identidade conjugal”. Atualmente, os ideais das relações conjugais dão maior ênfase a autonomia e satisfação de cada cônjuge do que à interdependência entre eles. No entanto, há uma demanda para a criação de uma zona comum de interação e o casal passa a viver duas forças paradoxais onde, por um lado, a autonomia dos cônjuges é estimulada pelos ideais individualistas e, por outro, existe a necessidade de vivenciar a realidade comum do casal, a conjugalidade.

A conjugalidade contemporânea tem se apresentado de formas múltiplas. Elas se constituem e se desconstituem num ritmo cada vez mais acelerado e ainda apresenta uma outra vertente que é a de se reconstituir (seguindo o mesmo ritmo acelerado). Nos relacionamentos contemporâneos percebe-se uma supervalorização do aqui-e-agora e a satisfação individual torna-se elemento principal para a manutenção da relação (FÉRES-CARNEIRO, ZIVIANI & MAGALHÃES, 2011). Magalhães (2009) afirma que a conjugalidade contemporânea traz a idealização do sentimento amoroso e da privatização das relações, fatores

que passam a ser importantes para o sucesso conjugal. A autora aponta ainda o processo de transmutação das subjetividades dos parceiros ativado pela dinâmica de trocas intersubjetivas próprias da conjugalidade.

Segundo pesquisa realizada por Silva Neto, Strey e Magalhães (2011) apesar da visibilidade dos diversos modelos de relação conjugal, a família e a sociedade ainda evitam discutir de forma aberta essa diversidade. A tendência de se referirem ao modelo tradicional de conjugalidade permanece mesmo que haja novas necessidades que o modelo tradicional já não supra. A transgeracionalidade¹ é um dos fatores reforçadores para a manutenção de tal modelo o qual se sofrer modificação pode gerar sentimentos de deslealdade ao grupo familiar de origem. Porém, a transgeracionalidade é mutável e dinâmica o que possibilita transformações e já é presente na atualidade uma busca de modelos diferentes sem estar presa a padrões relacionais pré-estabelecidos. Os autores mostram, ainda, que há uma ambivalência nas motivações para a conjugalidade. Ao mesmo tempo em que se busca construir novos padrões de relacionamento há o desejo do retorno aos padrões tradicionais.

Féres-Carneiro e Ziviani (2009) sinalizam a influência dos padrões familiares na construção dos ideais de conjugalidade de cada pessoa.

A conjugalidade, na literatura psicanalítica das relações amorosas, é definida como uma identidade compartilhada, produto de uma trama identificatória inconsciente dos sujeitos-parceiros, que se origina na história familiar de cada um e se dirige a um ideal conjugal compartilhado. Os parceiros são inconscientemente impulsionados no sentido da realização de mandatos familiares transmitidos (FÉRES-CARNEIRO & ZIVIANE, 2009).

Segundo João (1993), os casais ao se encaminharem para a vida conjugal levam consigo fantasias e expectativas alimentadas por crenças, modelos e “receitas” de sucesso, vindos de suas famílias de origem, seu meio social e suas experiências de vida. No entanto, a autora afirma que esses elementos tendem a afastar o casal de seu objetivo maior que é a felicidade pelo simples fato de faltar disposição para pensar e repensar o próprio casamento. Ter como objetivo maior no casamento a felicidade é um modo de conceber a conjugalidade.

Nas sociedades Pós-Modernas o individualismo é uma ideologia marcante. Vieira e Stengel (2010) afirmam que nesse individualismo o sujeito pós-moderno pode se perder ao colocar os interesses individuais acima dos interesses da coletividade. Há uma supervalorização da liberdade individual denotando uma indiferença com as questões da sociedade. Segundo os autores, é nessa perspectiva do individualismo pós-moderno que as relações

¹ termo “representativo dos processos que são transmitidos pela família de uma geração a outra e se mantêm presentes ao longo da história familiar” (Falcke e Wagner, 2005, p. 26)

amorosas contemporâneas estão pautadas. Há uma busca pela estabilidade e segurança no relacionamento, no entanto, é necessário que haja qualidade na relação e caso ocorra um cerceamento exagerado da liberdade individual o rompimento do relacionamento surge como solução para garantir o bem estar individual.

1.4 Divórcio: a conjugalidade desfeita

No Brasil o divórcio foi instituído em 1977, depois de uma longa batalha política. Brito (1993) comenta que os juristas brasileiros são unânimes em afirmar que a Lei 6515 de 26 de dezembro de 1977, conhecida popularmente como Lei do Divórcio, “foi a mais relevante nos tempos atuais no que diz respeito ao Direito de Família no Brasil” (p.56). Até então, os casais ao se separarem tinham que conviver com o preconceito de uma sociedade que estigmatizava principalmente a mulher e seus filhos.

Na década de 80 o divórcio aparece com vigor como a solução para a saída de uma relação infeliz. Hoje, percebe-se que a realização pessoal e a individuação almejadas pelo divórcio, nem sempre acontecem (NAZARETH, 2004). Além da emancipação feminina com todos os seus reflexos percebe-se que a religião já não tem tanta força na manutenção do vínculo matrimonial e a atual família nuclear urbana e a instituição do casamento estão passando por momentos singulares. Segundo o IBGE (2010), o percentual de pessoas divorciadas no Brasil quase dobrou, passando de 1,7%, em 2000, para 3,1% em 2010. Essa alta taxa de dissoluções conjugais propicia transformações sociais já que cria novas possibilidades de organização familiar. Aparentemente, o aumento da taxa de divórcio dá ao casamento o status de uma instituição fadada ao fracasso, uma instituição desvalorizada. No entanto, as separações podem mostrar o contrário, ressaltando a importância dela. É o que afirma Féres-Carneiro (2003):

Os cônjuges se divorciam não porque desqualificam o casamento, mas porque o valorizam tanto que não aceitam que a relação conjugal não corresponda às suas expectativas. Portanto, longe de significar uma desvalorização do casamento, o divórcio reflete uma exacerbada exigência dos cônjuges. Assim, na maior parte dos casos, os divorciados acabam caminhando para o recasamento (FÉRES-CARNEIRO, 2003, p. 368).

Petrini (2005) sinaliza que o ideal do sacrifício individual em prol da família passa a ser questionado diante da necessidade de satisfação no presente. O ponto de saturação no relacionamento conjugal passou a ser alcançado mais rápido em função da diminuição do limite da disponibilidade individual ao sacrifício para o bem do outro. A independência financeira dos cônjuges os coloca numa posição social mais igualitária, o que facilita a

ruptura da relação familiar quando já não há mais prazer e satisfação na convivência conjugal.

O divórcio acontece trazendo uma série de mudanças para todos os membros do grupo familiar, mesmo quando a separação é consensual, o que exige um olhar atento aos desdobramentos que podem trazer dificuldades (BRITTO, 2008). O período da separação torna-se um período longo pois compreende todo o tempo que vem antes da separação propriamente dita e o tempo posterior, até que haja o reequilíbrio de todos. Segundo Féres-Carneiro (2003), a identidade conjugal construída no casamento se desfaz e os cônjuges passam a redefinir suas identidades individuais, o que é acompanhado de sentimentos ambíguos que expressam a sensação de liberdade misturada ao sentimento de solidão.

Nazareth (2004) afirma que no divórcio a família não acaba e, sim, se transforma. Quando existem filhos, a estrutura do sistema muda, mas a família enquanto organização mantém-se. Aspectos como as atribuições dos pais, o compromisso dos filhos e a responsabilidade de todos pela qualidade da relação afetiva permanecem. Em uma separação a conjugalidade e a tutelaridade partilhada acabam, porém a parentalidade e a tutelaridade exercidas isoladamente por cada um dos pais devem permanecer, pois tanto os pais como os filhos devem zelar pela permanência das relações de afeto. A autora aponta que é um erro comum se pensar que a família deixa de existir por causa da separação conjugal.

O processo do divórcio é muito desgastante e, frequentemente, provoca uma crise em toda a família. Segundo Vaitsman (1994), a crise é muito maior e mais difícil para as mulheres do que para os homens. Habitualmente a mulher fica com a guarda dos filhos o que lhe gera uma carga maior de responsabilidade, pois fica responsável pela educação e criação dos filhos além de ter que dar conta de suprir as necessidades da casa e dela mesma. Entre tantas dificuldades advindas do divórcio, ainda tem a questão financeira que, muitas vezes, obriga a mulher a entrar no mercado de trabalho após anos de dedicação exclusiva aos cuidados domésticos com a família. E, a partir daí, ela passa a ter que conciliar o mundo público com o mundo privado, fato que pode ser visto como um benefício do divórcio para a mulher, ampliando suas possibilidades.

No processo do divórcio é importante que os filhos fiquem fora do conflito conjugal, pois quem se separa é o casal conjugal, ficando o casal parental permanentemente com a função de cuidar e prover as necessidades tanto materiais como afetivas de seus filhos. Segundo Féres-Carneiro (1998), os filhos precisam ter essa certeza:

Costumo afirmar que o pior conflito que os filhos podem vivenciar, na situação de separação dos pais, é o conflito de lealdade exclusiva quando exigida por um ou por ambos os pais. A capacidade da criança e do adolescente de lidar com a crise que a separação deflagra vai depender sobretudo da relação que se estabelece entre os pais e da capacidade destes de distinguir, com clareza, a função conjugal da função parental, podendo assim transmitir aos filhos a certeza de que as funções parentais de amor e de cuidado serão sempre mantidas (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p. 9).

Segundo Oliveira (2005), uma das primeiras expressões dos filhos diante do divórcio são os impactos sentidos pelas mudanças que provocam confusão e a sensação de estarem perdidos, emergindo sentimentos de profundas perdas emocionais e materiais e a percepção de que a família está se fragmentando. Um dos aspectos mais críticos no restabelecimento do equilíbrio, ajustamento e funcionamento familiar é a relação pós-divórcio. Garbar e Theodore (2000) enfatizam que os filhos reagirão à situação conforme a maneira como seus genitores vivenciaram o divórcio. Afirmam:

A adaptação da criança vai depender essencialmente da qualidade das relações que os pais vão estabelecer com ela. Isso está estreitamente ligado à maneira como os pais estão vivendo a separação. Se a interpretam como um fracasso, a criança pode vir a se sentir a imagem viva desse fracasso. Mas se o divórcio representa o fim dos conflitos, ele vai ter outro sentido para a criança. Quando não for assim, o que, infelizmente, é mais comum, a criança fica desamparada e não entende mais nada (GARBAR e THEODORE, 2000, p. 126).

Os estudos sobre família apontam que geralmente espera-se dos progenitores que após o divórcio se mantenham exercendo suas funções educativas e participando das atividades dos filhos, pois essa atitude pode garantir bons níveis de saúde no desenvolvimento deles. Enfatiza-se, assim, a importância de que o casal faça essa distinção entre a conjugalidade e a parentalidade. Na década de 70 surgiu o termo "coparentalidade" que se refere exatamente a necessidade da manutenção no cuidado dos filhos, não só na situação de divórcio como também durante o casamento quando os pais negociam seus papéis e responsabilidades. Fatores presentes no casamento e no processo de divórcio dá uma ideia da natureza da coparentalidade pós-divórcio, ou seja, o estilo de relação durante a conjugalidade e durante o processo do divórcio será o estilo da relação na coparentalidade (GRZYBOWSKI, 2011).

Apesar da dor e do estresse geralmente causado pela separação conjugal, ela também pode ter efeitos construtivos para o grupo familiar principalmente quando o casamento

está sendo mantido às custas da autodestruição e da destruição do outro. Segundo Féres-Carneiro (1998), inicialmente há uma desorganização no sistema familiar, no entanto, um novo patamar de organização se alcança e os divorciados frequentemente terminam se encaminhando para o recasamento.

1.5 Recasamento: nova conjugalidade

Segundo Ribeiro (2005) o recasamento é o arranjo não necessariamente oficializado em que, no mínimo, um dos cônjuges foi casado anteriormente, tendo ou não filhos dessa união. O recasamento dá início a uma nova etapa do ciclo de vida familiar e provoca alterações na dinâmica relacional do grupamento (MCGOLDRICK e CARTER, 1995).

Até algumas décadas atrás, o recasamento acontecia com maior frequência após a viuvez. Com a aprovação da Lei do Divórcio, Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, o recasamento passou a acontecer mais a partir da dissolução conjugal (COSTA, 2008). Garbar e Theodore (2000) apontam que antigamente a morte separava os casais tanto quanto o divórcio na atualidade. Na idade média, o segundo casamento acontecia de forma freqüente assim como nos séculos XVI e XVII, principalmente nos períodos de guerra, epidemias e fome. A partir do século XVIII esse índice foi reduzido sensivelmente.

Como já indicado, a sociedade contemporânea vem se deparando com uma série de mudanças sociais no âmbito familiar que a deixam, muitas vezes, sem saber como conceituar e tratar as diferentes situações emergentes. Um importante fenômeno a ser compreendido é o alto índice de recasamentos pós-divórcio e suas repercussões na família atual.

O modelo tradicional de família formada por pai, mãe e filhos morando na mesma casa passou a não ser modelo único dando espaço para o modelo multifacetado o qual compreende diferentes configurações familiares e novas formas de funcionamento dos sistemas familiares nuclear e extenso (CERVENY et al, 1997). A família recasada nos mobiliza a repensar a ideia cultural de família.

Frequentemente a família recasada ainda é vista como “disfuncional”, mas, segundo Féres-Carneiro (1998) esses núcleos familiares são capazes de promover saúde da mesma forma que as famílias de primeiro casamento. A autora defende que é a qualidade das relações que dará a competência para as famílias, independente delas serem casadas, separadas ou recasadas. Além disso, ela afirma que a família recasada tem características próprias e é importante que ela não seja vista como uma família nuclear recriada.

Inicialmente o recasamento pode parecer a repetição da vivência do primeiro casamento, no entanto, partindo de um olhar mais aprofundado devemos levar em conta que ali se construiu uma nova conjugalidade envolvendo outros sujeitos, outras perspectivas,

outros projetos de vida e outros membros. Le Gall (1993) chama a atenção para o fato de que os casais recasados iniciam essa nova relação com marcas da relação anterior e com preocupações em torno dos seus novos papéis. Além disso, as novas formações familiares tendem a querer repetir os mesmos padrões relacionais, baseados no modelo de família nuclear tradicional (WAGNER, 2002; RIBEIRO, 2005). Amaral (2010) afirma que o recasamento envolve diversas mudanças tanto na estrutura familiar como em suas relações, decorrentes da entrada de novos membros na família.

Com a diversidade de configurações familiares surge a discussão em torno da parentalidade. Ferreira (2011) afirma que, com o aumento dos casos de divórcio nos últimos quarenta anos, observa-se o aumento do número de famílias monoparentais, com parentalidade não-residente e recompostas. O modelo ocidental de parentesco baseia-se na biologia e na exclusividade, ou seja, valoriza os laços sanguíneos (CARVALHO, 2012). E como fica a questão da parentalidade diante das diferentes configurações familiares resultantes dos recasamentos? A concepção de pluriparentalidade surge exatamente para tentar trazer uma visão mais ampla e possível frente a essas diferentes configurações familiares. Segundo Uziel (2000), a pluriparentalidade parte do pressuposto da dissociação do biológico e do social, questionando a primazia do biológico e dando espaço para as relações sociais. “Adotar a pluriparentalidade significaria, assim, reconhecer os limites da biologia e valorizar, ao mesmo tempo, os laços construídos com a convivência e a partir do desejo.” (UZIEL, 2000, p. 10). Nesse contexto, as relações passam a ter uma importância central para a compreensão das famílias e não só os aspectos biológicos.

O conceito de pluriparentalidade vem auxiliar na discussão dos papéis parentais estabelecidos e possíveis em contextos de recasamento. Na perspectiva da pluriparentalidade, entende-se que as funções de cuidado, amor e proteção podem ser plenamente exercidas por outros adultos que não sejam pai e mãe biológicos. Ferreira (2011) fala do movimento que ocorre quando da saída da esfera doméstica de um dos pais biológicos que, muitas vezes, vem acompanhado da entrada de um pai/mãe social. Esse movimento proporciona a criação de uma tríade parental, na qual “a criança passa a contar com, pelo menos, três adultos para ocuparem os dois lugares parentais com existência prévia - pai e mãe” (FERREIRA, 2011, p. 1).

Nesse ponto entra a discussão do lugar e da função do padrasto em relação aos seus enteados. Com o passar do tempo, observam-se mudanças com relação ao reconhecimento da importância social da presença do padrasto no contexto da família recasada. Saraiva (2013) aponta que o cenário jurídico vem, gradativamente, se modificando com o intuito de atender às demandas advindas das relações sociais que se formam nas famílias recasadas e sinaliza essa situação citando, como exemplo, a Lei nº 11.924/2009 (Lei Clodovil) que

possibilita a averbação do sobrenome do padrasto no registro civil de seus enteados.

Os pesquisadores de família também se debruçam sobre este tema, buscando compreender as repercussões culturais e psicológicas da presença do padrasto na família recasada, frequentemente apoiados pelo conceito de pluriparentalidade. Carvalho (2012) fala da necessidade que as famílias recasadas têm da pluriparentalidade, pois ao invés de se pensar em exclusão do pai biológico ou do padrasto pensa-se nessas duas figuras exercendo ao mesmo tempo funções parentais. Na perspectiva da Antropologia, Segalen (1996), ao falar sobre a recomposição familiar, faz menção a uma “abundância” de parentes. Ela diz:

A noção de família é dissociada da de co-residência; será antes uma abundância e não uma falta de parentes que estas crianças conhecem, com o padrasto, a madrasta, os meios-irmãos e os falsos irmãos, seis ou oito casais de avós, etc (Segalen, 1996, p.64).

Com isso, percebe-se que no contexto de recasamento a parentalidade biológica passa a não ser a única forma de convívio da criança ou adolescente.

No cenário da família recasada é a conjugalidade que traz para o grupo familiar a figura do padrasto. Essa conjugalidade é formada trazendo consigo uma bagagem emocional e membros que surgiram em relações conjugais anteriores (RIBEIRO, 2005). O divórcio e o recasamento trazem discussões em torno de vários aspectos familiares, como, por exemplo, a parentalidade. Tanto na dissolução como na construção da conjugalidade surgem conflitos frente ao exercício da parentalidade.

O conceito de parentalidade veio para dissociar a obrigatoriedade da associação com o vínculo biológico. Ferreira (2011) pontua que o que diferencia a parentalidade do parentesco é justamente a possibilidade que a parentalidade dá de integração das pessoas que desempenham uma função parental frente à criança e que é legitimada por sua competência parental e não por um estatuto jurídico do adulto, há uma partilha das funções parentais entre várias pessoas. E nesse contexto a figura do padrasto passa a ter essa possibilidade de parentalidade já que em muitos casos ele assume essa posição de cuidar dos filhos de sua companheira.

A presença do padrasto na família recasada, portanto, inaugura uma modalidade de experiência relacional que precisa ser conhecida e compreendida. Mas, como os pesquisadores de família estão problematizando e discutindo a presença do padrasto nas famílias recasadas? É o que pretendemos aprofundar a partir da pesquisa realizada.

O Caminho Metodológico e Construção de Dados Preliminares

O presente estudo se propôs a realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o padrasto na família recasada na produção acadêmica brasileira. Foi escolhida a pesquisa bibliográfica pelo fato de que este tipo de estudo busca contribuir com uma crítica à produção acadêmica e para o avanço do conceito de padrasto. Segundo Lima e Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica é um dos procedimentos mais utilizados pelos pesquisadores em estudos exploratórios ou descritivos e “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA e MIOTTO, 2007, P.38). Ainda segundo as autoras, a pesquisa bibliográfica oferece um amplo alcance de informações permitindo a utilização de dados distribuídos em diversas publicações, contribuindo, dessa forma, com uma melhor definição do quadro conceitual do objeto em estudo. A pesquisa bibliográfica se distingue da revisão bibliográfica no sentido de que vai além da simples observação dos dados pesquisados, pois busca a compreensão crítica dos significados contidos neles.

Pesquisadores apontam que essa nova constituição familiar levanta uma série de questões em torno da nomenclatura usada para identificar seus novos membros e da (in)definição das novas relações entre seus membros (LOBO, 2005; SOARES, 2009; WATARAI, 2010).

Neste sentido, foram utilizados vários descritores de busca bibliográfica a fim de permitir um amplo acesso à material relevante ao tema estudado. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de pesquisa em cinco bases de dados: 1) Scielo Brasil; 2) Index Psi Revistas Técnico-Científicas (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia); 3) Index Psi Teses (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia); 4) Banco de Teses da CAPES e 5)

Portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. A escolha desses bancos de dados está condizente com sua importância no cenário acadêmico nacional, assim como com a acessibilidade e a credibilidade existentes. A busca por artigos, teses e dissertações nas bases de dados foi realizada a partir dos seguintes descritores: padraço(s), recasamento(s), recasado(s), família(s) recasada(s), família(s) reconstituída(s) e família(s) recomposta(s). Os descritores foram usados no singular e no plural para minimizar a possibilidade de deixar alguma publicação fora da pesquisa. Foram alvos da pesquisa os artigos, teses e dissertações produzidos no Brasil e publicados até 2013. Neste sentido, foram utilizados vários descritores de busca bibliográfica a fim de permitir um amplo acesso a material relevante ao tema estudado. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de pesquisa em cinco bases de dados: 1) Scielo Brasil; 2) Index Psi Revistas Técnico-Científicas (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia); 3) Index Psi Teses (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia); 4) Banco de Teses da CAPES e 5) Portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. A escolha desses bancos de dados está condizente com sua importância no cenário acadêmico nacional, assim como com a acessibilidade e a credibilidade existentes. A busca por artigos, teses e dissertações nas bases de dados foi realizada a partir dos seguintes descritores: padraço(s), recasamento(s), recasado(s), família(s) recasada(s), família(s) reconstituída(s) e família(s) recomposta(s). Os descritores foram usados no singular e no plural para minimizar a possibilidade de deixar alguma publicação fora da pesquisa. Foram alvos da pesquisa os artigos, teses e dissertações produzidos no Brasil e publicados até 2013.

A partir da pesquisa realizada nas bases de dados citadas acima, organizou-se os resultados encontrados em função de cada descritor e de cada banco de dados.

Inicialmente foram contabilizadas todas as publicações que surgiram, incluindo os trabalhos repetidos entre os descritores e as bases de dados, totalizando 421 publicações. A tabela 2.1, apresenta o resultado dessa busca inicial.

Tabela 2.1: Total de publicações encontradas nas bases de dados pesquisadas em função de cada descritor.

Base de Dados	Descritores						Total
	Padraços	Recasamento	Recasados	Família(s) Recasada(s)	Família(s) Reconstruída(s)	Família(s) Recomposta	
Scielo Brasil	17	6	3	3	5	3	37
Index Psi Revista	16	19	5	0	0	0	40
Index Psi Teses	12	10	1	0	0	0	23
Banco Teses CAPES	74	50	50	0	0	0	174
IBICT BDTD	31	25	10	12	48	21	147
Total	150	110	69	15	53	24	421

Fonte: Autora, 2014.

Após essa busca inicial, percebeu-se que os descritores padraço/padraços foram os

que mais trouxeram publicações, totalizando 150 publicações (35,6%), seguidos pelos descritores recasamento/recasamentos com 110 publicações (26,1%), recasado/recasados com 69 publicações (16,4%), família reconstituída/famílias reconstituídas com 53 publicações (12,6%), família recomposta/famílias recompostas com 24 publicações (5,7%), família recasada/famílias recasadas com 15 publicações (3,6%). Com relação aos bancos de dados, percebeu-se maior incidência de publicações no Banco de Teses da CAPES com 174 publicações (41,3%), seguido do IBICT BDTD com 147 publicações (34,9%), Index Psi Revista com 40 publicações (9,5%), Scielo Brasil com 37 publicações (8,8%) e Index Psi Teses com 23 publicações (5,5%).

A partir desse material selecionado, foi realizada uma leitura de reconhecimento, através dos resumos dos artigos, dissertações e teses encontrados. As leituras realizadas nesse processo de pré-seleção são denominadas leitura exploratória e leitura seletiva, que caracterizam-se por serem leituras rápidas que visam verificar se os dados selecionados referem-se diretamente ao objeto de estudo investigado (LIMA e MIOTO, 2007).

Foram eliminadas as publicações que não foram consideradas relevantes aos objetivos do presente estudo, resultando um total de 152 publicações. Foram excluídos os trabalhos que pesquisaram famílias de casais homossexuais, por se considerar que tais estudos, embora muito relevantes, trazem questões específicas destas configurações familiares, as quais exigiriam uma ampliação da discussão para além do âmbito do recorte proposto no presente trabalho. Foram também excluídos estudos sobre trabalhos literários que abordam o tema de famílias com padrasto, como, por exemplo, a Dissertação *Mãos de Concreto*, de Leonardo Josef Schifino Wittmann (2014); Dissertação *De Sinhazinha a jagunça / De Senhorinha a senhora: uma leitura de Memorial de Maria Moura e Dôra, Doralina*, de Jerri Antonio Langaro (2006). Foram, ainda, eliminadas pesquisas nas áreas da Medicina, Odontologia, Nutrição, Serviço Social, Direito, Educação, História, Geografia, Sociologia, Biologia as quais abordam o tema numa perspectiva de informações de dados sócio-demográficos da população pesquisada, sem abordar as implicações da presença do padrasto na família. Outro critério para exclusão dos trabalhos das referidas áreas foi o fato de aparecer em seus resumos ou corpo do trabalho os descritores utilizados na busca nos bancos de dados sem apresentar relação com o tema estudado, como, por exemplo, a Dissertação *Trajetórias ocupacionais de trabalhadores desligados do setor de telecomunicações*, de Paulo Herbert C. da Silva (2003), que traz as palavras família e reconstituição em seu resumo, e a Tese *Dinâmica de populações de Paepalanthus polyanthus (Eriocaulaceae) na Serra do Cipo, MG*, de José Eugênio Cortes Figueira (1998), que traz a palavra família em seu resumo. A Tabela 2.2 mostra o resultado dessa pré-seleção.

Após essa leitura de reconhecimento, percebeu-se que os descritores que tiveram mais

Tabela 2.2: Total de publicações selecionadas para o estudo após leitura exploratória.

Base de Dados	Descritores						Total
	Padrastrós	Recasamento	Recasados	Família(s) Recasada(s)	Família(s) Reconstruída(s)	Família(s) Recomposta	
Scielo Brasil	9	5	1	3	4	0	22
Index Psi Revista	9	11	2	0	0	0	22
Index Psi Teses	9	8	1	0	0	0	18
Banco Teses CAPES	10	16	16	0	0	0	42
IBICT BDTD	14	15	6	8	3	2	48
Total	51	55	26	11	7	2	152

Fonte:Autora, 2014.

publicações relevantes para o estudo foram recasamento/recasamentos totalizando 55 publicações (36,2%), seguidos pelos descritores padrastró/padrastrós com 51 publicações (33,6%), recasado/recasados com 26 publicações (17,1%), família recasada/famílias recasadas com 11 publicações (7,2%), família reconstituída/famílias reconstituídas com 7 publicações (4,6%) e família recomposta/famílias recompostas com 2 publicações (1,3%). Após essa seleção foi realizada uma análise para eliminar possíveis repetições de trabalhos tanto por descritor como por base de dados. Os artigos, dissertações e teses selecionados para o estudo após eliminadas as repetições, foram agrupados em função das áreas de conhecimento às quais estão vinculados. A Tabela 2.3 mostra o resultado desse agrupamento.

Tabela 2.3: Quantitativo de trabalhos selecionados para o estudo, encontrados nas bases de dados pesquisadas, por área de conhecimento.

Área de Conhecimento	Artigos	Dissertação	Teses	Total
Psicologia	26	19	9	54
Antropologia	0	2	0	2
Direito	0	1	0	1
Demografia	0	0	1	1
Serviço Social	0	1	1	2
Sociologia	0	1	0	1
Enfermagem	2	0	0	2
Saúde Pública	3	0	2	5
Total	31	24	13	68

Fonte:Autora, 2014.

Percebe-se que a maioria (79,4%) das publicações acadêmicas encontradas sobre o padrastró na família recasada, está vinculada à área da Psicologia. Esta predominância se verifica nas três modalidades de publicação (artigos, dissertações e teses) estudadas. Este é um dado importante considerando-se a interdisciplinaridade do tema família, foco de interesse das diversas ciências humanas e sociais. Percebe-se também que a maior incidência de publicações na área da Psicologia é de artigos com 26 trabalhos (48,1%) seguido de dissertações com 19 trabalhos (35,2%) e teses com 9 trabalhos (16,7%).

Outro dado observado foi que as publicações em Psicologia tiveram um número mais

expressivo a partir do ano de 2000, como mostra a Tabela 2.4.

Tabela 2.4: Quantitativo de publicações em Psicologia por período.

Período	Artigos	Dissertação	Teses	Total
1987 - 1981	1	2	0	53
1992 - 1986	2	0	0	2
1997 - 2001	6	3	0	9
2002 - 2006	6	8	4	18
2007 - 2013	11	6	5	22
Total	26	19	9	54

Fonte:Autora, 2014.

Na etapa seguinte, os textos vinculados à área da Psicologia (Apêndice A) passaram por uma leitura integral, denominada leitura reflexiva ou crítica, a qual tem como “... finalidade ordenar e sumarizar as informações ali contidas. (...) Momento de compreensão das afirmações do autor e do porquê dessas afirmações.” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 41). Para esse momento, foi utilizado um roteiro para leitura (Apêndice B), que, segundo Lima e Miotto (2007), é um instrumento que contribui para a captura de informações presentes nas obras que sejam pertinentes para a compreensão do objeto em estudo.

Alguns dos trabalhos selecionados para o estudo não estavam acessíveis na íntegra através da internet. A partir dessa observação, esses trabalhos passaram a ser buscados via biblioteca da Universidade Federal de Alagoas, via e-mails para as bibliotecas das Universidades nas quais os trabalhos foram produzidos e para os autores dos trabalhos. Inicialmente eram 14 trabalhos não acessíveis, porém alguns contatos foram exitosos e 5 trabalhos foram recebidos via e-mail. No entanto, ainda ficaram sem respostas 5 contatos de solicitação e não tive acesso aos contatos dos autores de 4 trabalhos. A tabela 2.5 mostra o quantitativo de artigos, dissertações e teses de Psicologia selecionados para esta fase de análise, acessíveis e não acessíveis via internet. O quantitativo apresentado nesta tabela já excluiu os trabalhos repetidos encontrados entre as cinco bases de dados.

A partir dessa leitura, foram destacadas e analisadas as discussões apresentadas nos textos da área da Psicologia acerca das concepções de padrasto e o lugar que ele ocupa na família recasada. Esta etapa, segundo Lima e Miotto (2007), é denominada de leitura interpretativa, onde as ideias expressas no estudo analisado são relacionadas com o problema de pesquisa em debate.

A partir dos trabalhos de Psicologia que foram analisados, foram identificados os aportes teóricos utilizados pelos autores. Importante informar que as concepções teóricas adotadas em 9 trabalhos não foram explicitadas nos textos, mas estão subjacentes aos conteúdos analisados; destes, 3 partem de uma perspectiva sistêmica e 6 de uma abor-

Tabela 2.5: Total de artigos, dissertações e teses de Psicologia selecionados para leitura interpretativa, encontrados nas bases de dados pesquisadas, acessíveis e não acessíveis via internet

Documentos	Acessíveis	Não acessíveis	Total
Artigos	23	3	26
Dissertação	14	5	19
Tese	8	1	9
Total	45	9	54

Fonte:Autora, 2014.

dagem que denominamos interdisciplinar nos estudos de família. Um artigo de revisão da literatura sobre o recasamento não adota referencial teórico. A tabela 2.6 mostra a frequência dos aportes utilizados.

Tabela 2.6: Aportes teóricos utilizados nos trabalhos de psicologia.

Aporte Teórico	Quantidade
Teoria Sistêmica	11
Psicanálise	8
Perspectiva interdisciplinar nos estudos de família, incluindo a psicologia, antropologia, sociologia e história	6
Psicologia do desenvolvimento da família	6
Teoria dos sistemas ecológicos	5
Teoria das representações sociais	2
Teoria Geral dos Sistemas	2
Psicologia jurídica	2
Esquizoanálise	1
Socionomia	1
Total	44

Fonte:Autora, 2014.

Ficou evidenciado que os principais aportes teóricos utilizados pelos autores dos trabalhos foram a Teoria Sistêmica com 11 trabalhos (25%), seguido da Psicanálise com 8 trabalhos (18,2%), da perspectiva interdisciplinar nos estudos de família, incluindo a psicologia, antropologia, sociologia e história com 6 trabalhos (13,6%), da Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Família também com 6 trabalhos (13,6%) e da Teoria dos Sistemas Ecológicos com 5 trabalhos (11,4%). A Teoria das Representações Sociais apareceu em 2 trabalhos (4,5%), a Teoria Geral dos Sistemas em 2 trabalhos (4,5%), a Psicologia Jurídica em 2 trabalhos (4,5%), a Esquizoanálise em 1 trabalho (2,3%) e a

Socionomia em 1 trabalho (2,3%).

O método de análise utilizado nesta pesquisa foi baseado nos pressupostos da análise de conteúdo que, segundo Silva, Gobbi e Simão (2005), tem como intenção decompor os dados obtidos para a identificação de unidades de análise, a qual possibilitará uma categorização dos fenômenos, produzindo significados fundamentados em interpretações que possam expressar uma compreensão mais aprofundada da realidade estudada. Segundo Bardin (2004), os procedimentos de sistematização da análise de conteúdo devem se organizar em três fases distintas: pré-análise, onde há a organização do material e leitura flutuante dos textos; exploração do material, onde ocorre a codificação, que consiste em transformar os dados do texto em unidades de análise e a categorização, que consiste em classificar as unidades de análise, a partir do que elas têm em comum, em categorias que representem os dados dos textos de forma condensada; e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na última fase ocorre a inferência, procedimento intermediário entre a descrição dos dados, obtida nas fases anteriores, e a interpretação dos resultados, fase final da análise. A inferência irá produzir suposições vinculando os conteúdos analisados com os pressupostos teóricos que embasam a pesquisa (CAMPOS, 2004).

Assim foram analisadas as discussões realizadas em cada estudo acerca do padrasto na família recasada, promovendo uma visão panorâmica de como a produção acadêmica brasileira em Psicologia vem tratando o assunto.

Sobre o Padrasto na Produção Acadêmica Brasileira

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados da análise qualitativa dos trabalhos que abordam o padrasto na família recasada e que foram produzidos pelo campo da Psicologia. Estes trabalhos foram submetidos à leitura integral do texto, denominada leitura reflexiva ou crítica, e, posteriormente, foram submetidos à leitura interpretativa, última etapa de leitura do procedimento de análise, de acordo com Salvador, citado por Lima e Miotto (2007).

Como já indicado, para a análise qualitativa foram selecionados 54 trabalhos, sendo 26 artigos, 19 dissertações e 9 teses que tratam do tema do padrasto na família recasada. Dos 54 trabalhos selecionados, foram lidos e analisados 45. Os 9 trabalhos restantes não foram analisados porque não estavam disponíveis na íntegra na internet, nem foram obtidos de outros meios. Durante a leitura dos trabalhos, foram elencadas 8 categorias de análise que emergiram a partir da repetição de determinados elementos em diversos trabalhos, e, também, a partir de pequenas ocorrências que demonstravam relevância para o tema em estudo, a saber: A diversidade de termos; A família nuclear e a figura paterna como referências; O padrasto e as funções paternas tradicionais: autoridade e provedor; A nova conjugalidade materna: porta de entrada para o padrasto; “Como um pai”: A construção do vínculo afetivo entre padrasto e enteado; Um novo lugar parental: a contribuição do padrasto; O padrasto no contexto da violência sexual; O padrasto e a clínica do recasamento. É importante ressaltar que algumas dessas categorias estão inter-relacionadas, podendo estabelecer sobreposições.

3.1 A Diversidade de Termos

Observou-se que a questão da nomenclatura para nomear as diferentes configurações familiares formadas após segunda união de um dos cônjuges surgiu nas discussões de doze dos trabalhos analisados. Percebe-se uma diversidade de termos usados pelos pesquisadores em seus estudos caracterizando o grande desafio enfrentado pelos mesmos diante do atual quadro em que se encontram os grupos familiares, conforme afirmado pelos autores:

Ao pensar nas configurações familiares formadas após um recasamento, esbarra-se, inicialmente, no desafio de encontrar denominações apropriadas para esta nova família, assim como para os papéis que exercem aqueles que passam a fazer parte do núcleo familiar (SOARES, 2009, p. 46).

Em vista dessa realidade tão recente, baseando-se em estudos realizados com famílias ressalta-se que a nomenclatura referente à segunda relação conjugal tem sido definida na literatura de diferentes maneiras (OLIVEIRA e WAGNER, 2000, p.2).

Termos como “recasada”, “reconstituída”, “recomposta”, “reestruturada”, “reconstruída”, aparecem com frequência para qualificar a família constituída por segundo casamento. O prefixo “re” é visto como uma característica comum na tentativa de definir a construção de uma nova família, apesar de ressalvas pelos próprios autores em relação à adequação do uso desse prefixo:

A palavra recasamento está longe de ser a melhor expressão para designar esta nova união, haja vista que o uso do prefixo “re” traz a idéia de repetição, de reformulação e de recriação, o que, por sua vez, nos remete a pensar em remendo e reconstituição, trazendo uma conotação negativa, como se antes existisse uma união mais original ou verdadeira (CANO, GABARRA, MOREÉ & CREPALDI, 2009, p. 219).

Como apontou Wagner (2002), as diferentes nomenclaturas que têm tentado definir estes núcleos, são usados com o prefixo RE, oriundo do latim, sugerindo a ideia de “novo”, “outra vez”, “repetição”; daí os termos : famílias misturadas, família com padrasto/madrasta, famílias refeitas, recasadas, reconstituídas, reorganizadas, reestruturadas (COSTA, 2008).

As nomenclaturas utilizadas para definir esse novo núcleo apelam para o prefixo “re”, introduzindo a idéia de “de novo” (RIBEIRO, 2005, p. 24)

Segundo Almeida (1999), o prefixo re pode ter o sentido de repetição, reforço ou retrocesso. Por outro lado, também sugere a ideia de novidade e recriação, não se restringindo à mera repetição, como expresso nas citações acima. Se o prefixo afirma a referência ao que veio anteriormente, ele também abre possibilidade do novo a ser construído. No caso da existência de filhos da união anterior, a referência ao passado parece inevitável.

Outros termos como família tentacular, família com padrasto/madrasta, famílias simultâneas, família de segundo casamento, também aparecem nos estudos.

As leituras também trouxeram informações sobre a questão de nomenclatura para definir as novas relações na família recasada, indicando a dificuldade em nomear essas novas relações, assim como os seus personagens. Estas dificuldades parecem atingir tanto os pesquisadores quanto os membros das famílias envolvidas, conforme indicado nas citações abaixo:

(...) as novas transformações sócio-culturais que a família vem sofrendo ao longo dos anos produzem confusões e levantam questões como que lugar ocupar, como se comportar e se relacionar na nova família, entre outras. Em decorrência desta confusão, é possível perceber no discurso de alguns enteados(as) a dificuldade em nomear seu(sua) padrasto/madrasta, havendo, inclusive, algumas tentativas iniciais de chamá-los(as) de pai/mãe. (RIBEIRO, 2005, p. 93)

Outro ponto de divergência entre pesquisadores refere-se às denominações atribuídas aos componentes desta nova estrutura familiar. São muitos os papéis que se estabelecem a partir desta nova união conjugal e que necessitam de nomeação. (SOARES, 2009, p. 50).

A dificuldade para nomear as novas famílias, portanto, se estende para os termos usados para designar os seus membros. O termo padrasto aparece, frequentemente, com uma conotação negativa, principalmente por remeter à imagem de um possível abusador sexual contra seus enteados. Os autores de seis trabalhos trazem essa discussão e consideram que os padrastos tendem a sofrer com o estigma de possível abusador e isso se torna um dificultador para o estabelecimento dos vínculos entre padrasto e enteados. Soares (2009), por exemplo, afirma:

Os padrastos também sofrem com o peso de um mito; enquanto as madrastas são miticamente malvadas, o padrasto é visto como possível abusador ou aquele que irá se envolver afetivamente com a enteada (...) este mito, acima citado, pode ser responsável por um afastamento entre padrasto e enteadas e, até mesmo, por um receio das mães em recasarem (SOARES, 2009, p. 54-55).

Alguns trabalhos registram tentativas de evitar o estigma associado ao termo padrasto. Soares (2009) cita uma pesquisa realizada por Grisard Filho (2003) que ao fazer uma análise dos termos padrasto e madrasta encontrou termos alternativos, como: “pais sociológicos”, “pais políticos”, “pais de acolhida”, “padrasto e madrasta de fato”. Grisard Filho optou em usar os termos “mãe afim”, “pai afim” e “filho afim”, baseado no art. 1.595 do Código Civil Brasileiro de 2002, que estabelece o parentesco por afinidade entre os membros da família.

Apesar da diversidade de termos encontrados, o termo “padrasto” apareceu em todos os trabalhos analisados, indicando que, embora possa trazer alguma conotação negativa, é amplamente utilizado tanto por pesquisadores quanto pelas famílias, sendo preferido a outros termos. Utilizado para nomear o lugar do homem em relação aos filhos da sua esposa, este termo remete à figura paterna e à configuração da família nuclear, tendência que será discutida a seguir.

3.2 A Família Nuclear e a Figura Paterna como Referências

Em sete dos trabalhos analisados, os autores sinalizam de forma explícita o quanto o modelo de família nuclear influencia nos padrões de configuração, funções, definição e nomeação dessas diferentes famílias. O modelo nuclear tradicional se apresenta, frequentemente, como ideal de família, servindo de referência para muitas das famílias pesquisadas, como se vê nas citações:

Apesar das transformações que a família sofreu ao longo dos últimos anos, o modelo tradicional de família ainda serve como parâmetro para se avaliar as diversas configurações familiares que foram surgindo com o divórcio e os recasamentos. Esse fato contribui para acentuar a falsa ideia de que as segundas famílias são problemáticas ou não são tão boas quanto a família conjugal moderna original (RIBEIRO, 2005, p. 28).

Esta mãe apontou que gostaria de ter tido uma família nos moldes de uma família nuclear, e denomina sua família de “quebrada” por ser proveniente de três relacionamentos. Para ela, a família nuclear permanece sendo a referência de normalidade e é o ideal almejado (SOARES, 2009, p. 117).

Soares (2009) afirma que, antes do divórcio, havia grande preconceito com a mulher desquitada, o qual gerava a necessidade de uma reprodução do modelo de família nuclear quando a mulher passava a ter um novo relacionamento conjugal, pois assim garantia uma melhor aceitação social de sua nova família. A preocupação da maioria dos autores dos trabalhos analisados é fazer com que se leve em consideração as peculiaridades que as famílias recasadas trazem tanto em sua configuração como nos papéis dos seus novos membros, sem fazer comparações com a família nuclear. Parece haver uma tentativa de desidealizar a família nuclear como modelo a ser seguido, como explicitado na citação abaixo:

Como profissionais, é preciso desmistificar o ideal de família nuclear intacta como modelo a ser priorizado para o bem estar dos filhos. Eles não serão desajustados ou infelizes por pertencerem a uma família recasada. Espera-se que sejam estabelecidas relações saudáveis e satisfatórias, independentemente da estrutura familiar. Talvez esse seja o nosso grande desafio. (AMARAL, 2010, p. 97)

Em oito dos trabalhos analisados as famílias recasadas são vistas numa perspectiva de despatologização e de afirmação de seu potencial de promoção de saúde para seus membros, pois a qualidade das relações familiares tem maior importância para o bem estar deles do que sua constituição, seja ela casada, separada ou recasada. Se opondo à tendência a tomar a família nuclear como ideal, estes autores assumem uma posição crítica à comparação, como se pode ver nas citações a seguir:

A tendência de considerar as famílias separadas ou as famílias recasadas como disfuncionais deve, sem dúvida, ser questionada. Muitas vezes a literatura enfatiza a dimensão disfuncional, na separação e no recasamento, e busca as patologias associadas a estas situações. É importante ressaltar que estes núcleos familiares são tão capazes de promover saúde quanto as famílias de primeiro casamento. (FÈRES-CARNEIRO, 1998, p. 10-11)

Um outro fato que chamou nossa atenção, foi que, mesmo autores que escreveram em épocas diferentes, demonstraram uma preocupação em descrever, de uma forma que podemos chamar de didática, as diferenças entre famílias nucleares e famílias recasadas, mostrando que a comparação entre elas, com a intenção de ter a família nuclear como modelo, é inadequada, pois apresentam estruturas diversas. (TRAVIS, 2003, p. 39).

Comparações com a família nuclear aparecem nos estudos analisados como um dos fatores que dificultam o estabelecimento das relações e papéis dos membros da família recasada, pois deixam de levar em consideração as peculiaridades dessa configuração familiar. Segundo Costa (2008), a tendência a fazer essa comparação acontece não só por parte da sociedade em geral, mas também por um número significativo de pesquisadores. Esta tendência se estende, muitas vezes, aos profissionais de psicologia no campo de intervenção junto às famílias. Travis (2003), em sua tese *Construções Familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento*, entrevistou dez terapeutas de família, tendo observado que o modelo de família nuclear é muito presente na concepção de família que esses terapeutas apresentaram:

A despeito das diferentes nuances que identificamos nas respostas dos entrevistados, foi possível perceber que alguns são bastante influenciados pelo modelo de família nuclear, próprio da modernidade, enquanto outros desprenderam-se ou tentam desprender-se deste (TRAVIS, 2003, p. 106).

Na parte teórica do seu trabalho, Travis (2003) discute criticamente o fato de pesquisadores fazerem comparações entre a família recasada e a família nuclear. Ela diz:

Segundo Gamache (1997) pesquisas sobre o recasamento buscam respostas para perguntas sobre as relações existentes entre enteados, padrastos e madrastas através da abordagem de comparação por déficit (deficit-comparison approach), que compara essas relações àquelas de famílias nucleares. Evidentemente, partindo desse tipo de abordagem, a família recasada aparece como deficiente. A autora observa que, embora muitos estudiosos já tenham apontado para a necessidade de mudança de abordagem nas pesquisas, este fato parece não ter tido qualquer influência nas suposições fundamentais correntes que padrastos e madrastas devem ter como padrão o modelo parental, tal como definido pelo modelo de família nuclear (TRAVIS, 2003, p. 41).

Os pesquisadores da família ressaltam a importância de se olhar para a família contemporânea através de novos paradigmas, enxergando a família nuclear como um dos modelos existentes, mas não o único. Levar em consideração as peculiaridades que permeiam as relações na família recasada facilita o estabelecimento desses vínculos (COSTA, 2008).

Estudando o padrasto na família recasada, frequentemente os pesquisadores encontram referências ao pai na família nuclear. Ribeiro (2006) relata que em seu estudo percebeu-se, através dos relatos dos padrastos e dos enteados, que os padrastos entrevistados se posicionavam no novo núcleo familiar se identificando com o tradicional modelo de pai, exercendo, inclusive, a função do provedor. Citando as falas de um padrasto (P4) e de um enteado (E4) entrevistados:

“Eu acho que eu sou o cara que dou o carinho, a educação e dou o conforto de uma casa. Sou o primeiro [na família]. O pai. O pai realmente. (P4)”

“E o M. [padrasto] ele é... como eu vou explicar... o dono da casa. Pra mim... é como se fosse o pai mesmo... o que manda... (E4)” (RIBEIRO, 2005, p. 91-92).

Soares (2009), nessa discussão a respeito do lugar ocupado pelo padrasto quando de sua entrada na família recasada, acredita que devam ser criados lugares próprios para esse novo membro da família, não havendo, assim, uma sobreposição do papel do padrasto sobre o papel do pai. Dessa forma, mesmo que o padrasto assuma algumas responsabilidades em relação ao enteado ele não irá ocupar a posição de pai.

Enfim, observou-se no material analisado que há uma tendência a examinar o lugar do padrasto na família recasada a partir da referência ao pai na família nuclear tradicional, a qual está presente nas expectativas sociais, experiências das próprias famílias envolvidas e, muitas vezes, dos pesquisadores e terapeutas de família. Os autores dos textos analisados, entretanto, apresentam uma discussão crítica acerca do assunto, desmitificando a família

nuclear e propondo o reconhecimento das peculiaridades das famílias recasadas e das relações nelas estabelecidas.

3.3 O Padrasto e as Funções Paternas Tradicionais: Autoridade e Provedor

Como indicado acima, foram encontradas várias referências à expectativa do padrasto desempenhar papéis atribuídos tradicionalmente ao pai na família nuclear. A figura do padrasto apresenta-se ainda envolvida numa série de discussões a respeito de sua entrada no grupo familiar. Antes da Lei do Divórcio de 1977 a entrada do padrasto nas famílias se dava com maior frequência através da viuvez e o termo padrasto era usado para indicar a relação socialmente criada desse novo membro com os filhos da relação anterior de sua esposa (WATARAI, 2010). Nesse caso havia uma substituição do pai que faleceu, sendo geralmente esperado que o padrasto assumisse seu lugar e funções. Atualmente, a entrada do padrasto no grupo familiar se dá com mais frequência após o divórcio e a vivência de determinadas situações como a organização familiar e a aceitação deste novo membro, ocorrerá de forma diferente (SOARES, 2009). A função que os padrastos devem exercer é um tema que traz ainda muitas dúvidas, pois não existem prescrições sociais norteadoras do seu papel, o que, na fala dos padrastos, pode gerar sentimentos de angústia e dúvidas a respeito do que se espera deles e o que eles podem ou não fazer. Esta indefinição aparece nos trabalhos analisados, como na citação a seguir:

(...) nossa sociedade não oferece orientações para o desempenho desses novos papéis e relacionamentos, que tampouco encontram uma linguagem que expresse positivamente o lugar dos membros dessa família em relação aos novos parentes. (RIBEIRO, 2005, p. 4)

Observa-se, no entanto, uma frequente referência ao lugar paterno, seja pela expectativa de que o padrasto substitua o pai ou compartilhe funções com ele, seja pela afirmação de sua distinção e diferença em relação a ele. Esta posição é, portanto, marcada por imprecisões e pelas circunstâncias particulares em cada família, especialmente dependente do tipo e qualidade da presença do pai na vida das crianças. Como afirma Watarai (2010):

A definição dos estatutos de padrasto e madrasta é problemática em função da falta de representações culturais pré-estabelecidas que orientem o relacionamento entre eles e enteados. Por outro lado, esse relacionamento pode se basear em representações já existentes e consolidadas. A relação que padrastos e madrastas estabelecem com seus enteados é geralmente ordenada por um tortuoso jogo de contrastes e semelhanças com o estatuto dos pais biológicos. (WATARAI, 2010, p. 26)

Em meio à discussão acerca das funções dos padrastos, surgem algumas afirmações baseadas nas pesquisas realizadas sobre o tema. Uma questão emergente é a participação do padrasto na educação e disciplina dos enteados. Ribeiro(2005), baseada na ideia de Muza(1998) que diz que é através das experiências vividas na relação com os filhos que se constrói o papel de pai, fala da possibilidade do padrasto assumir uma “função paterna auxiliar”, supondo que o papel de padrasto também pode ser construído no convívio do dia-a-dia com seus enteados. Soares (2009) afirma que alguns autores (Fine, 2000,2002; Théry, 2001; Grisard Filho, 2004) sugerem que o padrasto tenha uma função de auxiliar da mãe, utilizando termos como “pluriparentalidade” e “co-parentalidade” atribuindo ao padrasto uma função de complementaridade na prática da autoridade parental. Costa (2008), no entanto, delimita a contribuição do padrasto nestas questões, afirmando que no início da recomposição de uma família os papéis ficam divididos e os pais é que devem resolver os problemas de disciplina graves e que os padrastos devem construir suas relações com seus enteados baseados na amizade e respeito. Gameiro (1998), citado por Costa(2008) também vê o padrasto com uma função de autoridade auxiliar. Ele diz:

[...]Nesta fase inicial, o papel parental deve ser desenvolvido através da figura parental biológica [e o padrasto/madrasta deve estar preparado(a)] para ser um(a) precioso(a) auxiliar, sem interferir directamente na relação educativa. Com o tempo, e em função da idade dos enteados e da posição dos pais biológicos, o seu papel pode vir a tornar-se mais activo (GAMEIRO, 1998, citado por COSTA, 2008, p. 62-63).

Costa (2008) destaca, ainda, que nas famílias recasadas a autoridade se constrói baseada não na prerrogativa do vínculo biológico, mas sim pautada numa relação de respeito que vai sendo construída com a convivência do dia-a-dia. A autoridade do padrasto em relação aos enteados é fortemente influenciada pela mãe, podendo ser mediada ou interdita por ela. Watarai (2010) cita um estudo realizado por Marcondes (2008, 2009) com famílias recompostas, que menciona relatos de padrastos que dizem que o exercício de poder e autoridade deles sobre os enteados é frequentemente interdito pelas mães, mesmo havendo a demanda por parte delas para que eles sejam pais também de seus filhos. Outros trabalhos mostram na fala dos padrastos que muitas vezes as mães assumem uma postura ambivalente quanto a permissão da participação do padrasto na disciplina dos filhos. Na tese Ser ou não ser: a experiência do homem nos cuidados dos filhos da companheira (LIMA, 2003), os padrastos entrevistados falam dos conflitos gerados pela indisciplina dos filhos das companheiras e do fato delas não se posicionarem para discipliná-los e também não permitir que o padrasto o faça. Eles acreditam que elas temem que eles sejam injustos ou agressivos por não serem os pais deles. Segundo Lima

(2003), a questão da autoridade do padrasto esbarra nas indefinições típicas das relações advindas do recasamento. Ela diz:

“A questão de autoridade é fronteira, esbarrando nas indefinições de limites, de poder, de direito. Gostar dos filhos dela não significa ter autorização (ou se sentir autorizado) para repreender.” (p. 124)

Soares(2009) também traz relatos de padrastos que se viram em meio a conflitos de autoridade frente aos enteados e suas mães, como na citação abaixo:

Ao ser solicitado que explicasse um pouco mais a respeito destes conflitos , expressou: “Conflito de autoridade, é muito complicado este negócio de segunda família” e, após uma pausa completou “era um negócio complicado porque a X [esposa] sempre protegeu muito eles, era difícil eu entrar. Na hora do pega pra capar [diziam] ‘você não é meu pai!’ (SOARES, 2009, p. 90).

Watarai (2010) também pontua a vinculação da autoridade do padrasto à relação que ele tem com a mãe dos enteados. No entanto, destaca a relevância do fato dele exercer o papel de provedor na família como favorecedor do reconhecimento da sua autoridade. Assim, afirma:

Por um lado, a relação que o padrasto tem com a mãe imputa alguma importância a ele. A mãe é a mediadora nesse novo tipo de relacionamento, que cria o parentesco derivativo entre padrasto e enteados. Da mesma forma, o fato de ele ser, em geral, o principal provedor, o homem da casa, confere-lhe certa autoridade, dado o laço de dependência que os enteados têm com ele (WATARAI, 2010, p. 127) .

Em sua dissertação *Ele, o marido da minha mãe: atributos do papel de padrasto entre adolescentes*, David (2005) traz as ideias de autores como Giles-Sims e Crosbie-Burnett (1989) que afirmam que as contribuições financeiras do padrasto podem ser usadas por este como uma base de poder com a esposa e os enteados. Afirmam, ainda, que recursos financeiros, recursos emocionais, número de anos do novo casamento, a quantidade de tempo que o adolescente passa com o pai biológico, se a mãe e o padrasto têm filhos próprios, idade e sexo dos adolescentes são fatores que influenciam as posições de poder. Nos resultados de seu trabalho, David (2005) mostra que os padrastos que convivem com os adolescentes entrevistados “não tentam discipliná-los, não interferem em suas vidas e cumprem as obrigações financeiras, sem que estas envolvam o adolescente (mesada ou escola)” (p. 91). Os resultados mostram que houve uma consonância entre o desejo dos adolescentes de que os padrastos não interferissem em suas vidas e o comportamento dos padrastos de não interferir mesmo, minimizando a possibilidade de conflitos entre a díade padrasto-enteado. No entanto, observou-se que esse não envolvimento do padrasto

nas questões de disciplina pode gerar um risco de conflito na relação conjugal quando a esposa-mãe percebe essa postura como falta de cooperação.

Verifica-se que o exercício da autoridade é um campo complexo e delicado nas relações entre padrasto e enteados. Oliveira e Wagner (2000) fazem uma discussão sobre o tema trazendo ideias de autores como Bassof (1990) que considera que os padrastos não devem assumir o papel disciplinador mas devem manter a autoridade na relação com os enteados, ou seja, não devem permitir comportamentos desrespeitosos com eles, sendo necessário o estabelecimento de limites e, se necessário, até um confronto mais sério. Oliveira e Wagner (2000) citam também McGoldrick e Carter (1995) que afirmam que na família recasada quem deve assumir a responsabilidade primária na educação dos filhos são o cônjuge e seu ex-cônjuge, ficando, no entanto, a relação entre padrasto e enteados com a possibilidade de desenvolver uma relação semelhante a dos pais ou a qualquer relação amigável que desejarem.

Enfim, os trabalhos analisados sugerem que o padrasto assume um lugar de autoridade em relação aos enteados, frequentemente associada à sua participação como provedor financeiro da família. Em geral, a autoridade do padrasto é inspirada no modelo parental e mediada pela mãe, sendo necessária para a convivência no grupo familiar. No entanto, os autores apontam as delimitações e peculiaridades deste lugar de autoridade que não substitui o do pai, varia de acordo com a idade dos enteados e se constrói de forma particular de acordo com os arranjos, características e necessidades de cada família.

3.4 A Nova Conjugalidade Materna: porta de entrada para o padrasto.

Os trabalhos lidos constatam que a entrada dos padrastos nas famílias se dá através da conjugalidade. Em cinco trabalhos aparece, na fala das mulheres e homens entrevistados, a afirmação de que, no recasamento, há uma busca de felicidade, de um vínculo conjugal satisfatório. A ênfase nesta busca de realização pessoal aparece na fala desta entrevistada por Costa (2010):

“O importante é ser feliz, né? O primeiro casamento não deu certo, por que que você vai ficar sozinha pro resto da vida? Encontrar alguém interessante...Por isso que eu acho que o principal objetivo do recasamento é uma nova busca...ser feliz no relacionamento novamente (Alba, 38 anos, psicóloga).” (COSTA, 2010, p. 51)

Este vínculo é, portanto, estabelecido inicialmente pela mãe, através de sua união amorosa e sexual com o novo cônjuge. Com a presença dos filhos de união anterior, há

o reconhecimento de elementos que podem dificultar o ajustamento da nova configuração familiar principalmente no compartilhar funções de parentalidade, como nesta citação:

Embora as participantes afirmem a existência de uma convivência feliz no segundo casamento, verifica-se que foram necessários ajustes devido à complexidade das relações envolvidas. A segunda união geralmente envolve outros atores sociais além do casal, como filhos do primeiro casamento, ex-marido, filhos do novo cônjuge, ex-mulher desse cônjuge, novos sogros, entre outros.(SILVA, TRINDADE E SILVA JÚNIOR, 2012, p. 438).

Com o estabelecimento de uma relação conjugal entre a mãe e o padrasto é necessária uma reorganização dos papéis e das relações entre os membros desse novo grupo familiar. O tempo aparece como um dos fatores mais importantes para a consolidação deste processo. Autores de 10 trabalhos analisados mencionaram a questão do tempo que o recasamento precisa para que alcance uma estabilidade e suas relações se reestruturarem. Soares (2009) aponta que, na literatura, existem várias contradições a respeito desse tempo. Ela cita McGoldrick e Carter (1995) os quais trazem dados do estudo de Dahl et al (1987) que acredita que seja necessário, em média, um período de três a cinco anos, Hetherington et al (1997) que falam de uma média de dois anos e Stern (1978) que sugere no mínimo dois anos. Ribeiro (2005) cita Patrícia Papernow (1993) que fala num período de 5 a 7 anos, no entanto acredita que o tempo de reestruturação da família recasada vai variar conforme alguns fatores. Ribeiro (2005) diz:

“Partimos da crença de que o tempo estimado para a adaptação de todos os membros de uma família recasada varia conforme a fase de desenvolvimento dos enteados e o contexto em que se deu a separação ou o divórcio. Além disso, acreditamos que a relação conjugal tende a se solidificar à medida que o relacionamento entre padrasto/madrasta e seus respectivos enteados constitui um relacionamento satisfatório e harmonioso”(RIBEIRO, 2005, p. 29).

Costa e Dias (2012) também apontam para essa relativização do tempo em função de fatores que influenciarão a adaptação dos membros das famílias recasadas:

“Em geral, as falas mostraram que cada membro se adapta no seu ritmo e são necessários tempo, paciência, tolerância para que os diferentes personagens comecem a se considerar uma família” (COSTA E DIAS, 2012, p. 78).

Diante da nova conjugalidade da mãe, os filhos podem experimentar sentimentos ambíguos, pois gostar do novo cônjuge da mãe pode ser vivido como uma falta de lealdade com o pai biológico. Esse fato pode ser um dos dificultadores na aceitação da nova relação envolvendo a mãe e o padrasto. Vários trabalhos analisados examinam esta questão, como se pode ver nas citações abaixo.

“Por vezes, os enteados têm receio de estabelecer um relacionamento mais próximo com seu padrasto/madrasta acreditando estar traindo seu pai/mãe biológicos” (RIBEIRO, 2005, p. 30).

“Além de o recasamento trazer a constatação da separação dos pais, fator que pode dificultar a construção do relacionamento entre padrasto/madrasta e enteado, os filhos ainda enfrentam, por vezes, conflitos de lealdade caso se permitam gostar do padrasto/madrasta” (SOARES, 2009, p. 58).

A fala de um dos enteados entrevistados por Oliveira (2005) ilustra estes sentimentos:

“...eu sei que eu tenho o meu pai. Mas o Osvaldo paga a minha faculdade, eu vim prá cá e o Osvaldo me deu o apoio. Então tudo o Osvaldo, tanto assim, eu sei que tenho o meu pai. Mas o meu pai é o pai biológico, só. Quem cuida é o Osvaldo. Eu até fico meio assim de sentir..., mas ele é mais pai, não sei... É estranho é mais pai que meu pai” (OLIVEIRA, 2005, p. 196).

Ribeiro (2005), ao entrevistar enteados que são adolescentes, percebe que eles demonstraram uma idealização de relação familiar em que todos os membros da nova família procurem se entender e se aceitar e que o afeto seja o elemento principal para a união e harmonia do grupo familiar. A fala de alguns desses enteados entrevistados exemplifica isso:

“Eu acho que é preciso muito carinho, muito amor, todo mundo tentar se dar bem, não brigar, procurar se entender, essas coisas (E3)”(p. 88)

“Ah, eu acho que tem que ter carinho, né? Amor. Que aí a gente consegue...aceita...passa a aceitar mais as coisas, né? Porque quando você ama, gosta de uma pessoa, às vezes ela te faz alguma coisa, você fica...mas você tenta porque você gosta da pessoa (E5)”. (p. 88)

Estes relatos sugerem que a união amorosa entre a mãe e o seu cônjuge criam uma expectativa de que os filhos também desenvolvam vínculo afetivo com ele, mantendo o amor como característica da relação familiar ideal. Esses enteados, com essa idealização, também demonstraram o desejo de se relacionarem afetivamente com seus padrastos como se fossem verdadeiramente seus filhos. Em uma das falas:

“Eu acho que o padrasto tem que gostar como se fosse filho mesmo. Porque ta junto... é criança... então pra mim tem que ser como se fosse filho mesmo (E4)”. (p. 89)

Esse desejo também apareceu na fala dos padrastos entrevistados, como nos exemplos a seguir:

“vontade de ser pai, se assumir como pai, gostar da pessoa como filha”. (sujeito P4) (p. 89).

“tentar ser um simples pai” (sujeito P3) (p. 89).

A visão dos enteados em relação à entrada do padrasto na vida familiar pode variar em função de fatores como a idade dos enteados, tempo da separação dos pais, tempo de recasamento. Autores de sete trabalhos apontaram tais variações. Scigliano (2006), aponta a importância da idade dos enteados em relação aos seus sentimentos frente à chegada do padrasto no convívio familiar. Segundo a autora, os enteados maiores (10-13 anos) relataram que, no início, não gostaram do relacionamento da mãe com o padrasto, diferente dos menores que tinham boas recordações dessa fase. As diferentes reações se expressam nas falas dos enteados entrevistados por esta autora:

“... no começo (do namoro) eu tive muito ciúmes. (Alan) (12 anos)
... ah, eu fiquei muito assustada. (Célia) (10 anos)
... foi bem legal (quando conheceu o padrasto). (...) Ele foi lá na minha casa, aí a gente almoçou e depois ele foi embora mais tarde e, aí nos outros dias ele foi voltando.(Guido) (8 anos)
... eu achei legal (...) ele é legal, ele é divertido. (Carla)” (7 anos) (SCIGLIANO, 2006, p. 65).

Semelhantemente, Paulo (2006), pontua que enteados com idades menores recebem a entrada do padrasto de forma mais tranqüila e tendem a encará-los como pais, pois foram seus primeiros modelos. Enteados e padrastos entrevistados em seu trabalho relatam (PAULO, 2006, p. 123):

“Desde que eu me entendo por gente ele está sempre ali. Eu não lembro da parte em que minha mãe se separou e ele veio. Lembro dele ali, tipo, parece que eu abri o olho e ele estava ali. (...) Desde quando eu me lembro, o Rodrigo estava ali, um pai pra mim, nunca foi como tio.”(Rafael, enteado)
“Eu fiquei com ela desde bebê, tive a oportunidade de criar e estar com ela muito mais tempo do que o pai biológico dela.” (Daniel, padrasto)

Ao longo das leituras foi possível perceber que a relação entre enteados e padrastos é permeada de ambivalências. O padrasto pode ser visto pelo enteado como intruso, mas também como a pessoa que trouxe de volta o equilíbrio financeiro para a família; pode ser percebido “como um pai”, mas também pode ser visto apenas como “o marido da mãe”, delimitando o vínculo afetivo apenas em relação a ela. O padrasto pode representar o fim das possibilidades dos pais reatarem o casamento, mas também pode trazer uma nova alegria para a vida da mãe. Segundo Watarai (2010), os filhos avaliam a relação da mãe com o padrasto em função de sua própria subjetividade, ou seja, dos seus sentimentos em relação à mãe e ao padrasto.

Os trabalhos analisados sugerem que o vínculo amoroso entre a mãe e seu marido não garante que este seja bem recebido ou amado pelos filhos dela, podendo, ao contrário, se tornar o alvo de ciúmes e rivalidade. No entanto, o vínculo conjugal frequentemente

cria expectativas de que o afeto do marido se estenda aos filhos e seja correspondido, facilitando a convivência familiar. As possibilidades de se estabelecerem vínculos afetivos positivos na relação entre padrasto e enteado serão melhor discutidas a seguir.

3.5 “Como um Pai”: a construção do vínculo afetivo entre padrasto e enteado

Na dissertação *Novas configurações familiares e seus vínculos sócio-afetivos* (PAULO, 2006), a autora percebe nas falas dos filhos entrevistados a necessidade de denominação daqueles que participam da sua criação como um pai ou uma mãe. Os filhos entrevistados eram crianças, adolescentes e jovens adultos. Nesse estudo todos os filhos chamavam o companheiro(ou companheira) de seus pais de pai ou mãe. A autora defende a ideia de que um nome é dotado de simbolismo e sentidos fundamentais para aquele que está se estruturando, além de ser uma forma de reconhecimento por parte das crianças e adolescentes de que esses adultos possuem características próprias de pai e mãe. Ela afirma:

(...) a necessidade de denominação que apareceu largamente nas respostas dos entrevistados parece comprovar que, para as pessoas que vivem nessas famílias, especialmente as crianças e adolescentes que ali crescem e se desenvolvem, faz sim muita diferença poderem se ver no seio de uma família, podendo denominar aqueles que os criam como pai/mãe, ao invés de se perceberem apenas como integrantes de um centro de convivência e os que o educam como meros companheiros de seus pais. Diferença essa que atinge sua esfera psicossocial. (PAULO, 2006, p. 122)

Por outro lado, na tese *Filhos, Pais, Padrastos: relações domésticas em famílias recompostas das camadas populares* (WATARAI, 2010), o autor acredita que o fato do padrasto não ser chamado de pai não o tira de uma posição afetiva relevante. Segundo o autor, uma das enteadas entrevistadas, ao usar a expressão “como um pai” para descrever seu padrasto revela que há uma grande proximidade afetiva entre ambos, fato que nem sempre acontece entre pais e filhos biológicos. A entrevistada assim se expressa:

“Só que não era meu pai de sangue. Minha mãe já tinha engravidado de um homem. Mas ele já tinha uns 18 anos na época. [...] E aí, onde minha mãe conheceu meu pai, meu pai, que é meu padrasto mesmo também, como eu considero ele como um pai. Então eles se encontraram, e meu pai queria assumir a minha mãe, minha mãe aceitou, se casaram. Tamara”(WATARAI, 2010, p. 67).

Ribeiro (2005), em sua dissertação *Adoção Emocional em Famílias de Recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados*, mostra que os enteados entrevistados expressaram uma expectativa de se relacionarem com os padrastos como se eles fossem seus verdadeiros pais. A fala dos enteados (E3 - 17 anos) e (E4 - 17 anos) entrevistados nesse trabalho exemplifica isso:

“Eu acho que tem que ser companheiro, bricalhão...tem que me tratar como se fosse filha dele, tipo assim, dar carinho, amor, essas coisas de pai mesmo (E3)”(p. 88)

“Eu acho que o padrasto tem que gostar como se fosse filho mesmo. Porque ta junto...é criança...então prá mim tem que ser como se fosse filho mesmo (E4)”(p. 89)

O tempo de convivência e a idade das crianças apareceram como importantes fatores na construção destes vínculos. PAULO (2006) percebeu através da fala das mães, pais, padrastos e madrastas que os laços afetivos foram criados à medida que o tempo foi passando e as experiências da convivência foram acontecendo, o que reforça que o amor instantâneo é realmente um mito. As falas dos filhos e dos pais deixam clara a ideia de que quando a criança é pequena é mais fácil a construção dos vínculos afetivos com o novo(a) companheiro(a) dos pais, pois a imagem desse adulto fica associada às suas primeiras experiências de socialização. As falas de padrasto e enteado apresentadas abaixo confirmam isto:

“Ele tinha 2 anos de idade, o que também é uma...felicidade, né? (...) Talvez seja diferente a mesma situação com um garoto adolescente. Imagino que seja mais difícil, mais complicado”. Rodrigo (Padrasto) (PAULO, 2006, p. 123)

“Desde que eu me entendo por gente ele está sempre ali. Eu não lembro da parte que a minha mãe se separou e ele veio. Lembro dele ali, tipo, parece que eu abri o olho e ele estava ali. (...) Desde quando eu me lembro, o Rodrigo estava ali, um pai prá mim, nunca foi como um tio”. Rafael (Enteado) (PAULO, 2006, p. 123)

Paulo (2006) afirma, ainda, que a entrada do novo cônjuge é facilitada pelo espaço psicoparental muitas vezes deixado vago pelo pai biológico, como se verifica no exemplo abaixo, na fala de uma enteada entrevistada:

“...a gente não teve relação com o nosso pai. Nosso pai, teve uma relação péssima, pelo menos comigo. A gente parou de se ver. Teve até uma época que eu lamentava, ficava revoltada, com o abandono dele assim, e teve época que eu queria que o Haroldo me adotasse.” Linda (PAULO, 2006, p. 125)

Esta autora defende a ideia de que genitor não é o mesmo que pai e que o vínculo biológico/consanguíneo tem pouca influência na determinação de quem irá ocupar o espaço psicoparental da criança e que a definição dos lugares de pai e mãe surge com as

relações interpessoais e com os afetos nela produzidos. Ela conclui que para “ser pai” é necessário tempo e disponibilidade: a convivência, a troca de afetos, a demonstração de preocupação, de carinho e de cuidados são elementos positivos para a construção desse papel. Em relação aos homens, a autora mostra, através dos relatos de falas de seus entrevistados, que a figura do novo pai está se estabelecendo através do interesse da figura masculina em exercer as funções de cuidado e afeto ditas femininas e as executando com competência. Este fenômeno também se verifica, portanto, nas famílias constituídas a partir de recasamento.

Nesta mesma direção, Tomé e Schermann (2004) falam de uma paternagem de filhos não biológicos. Para os padrastos entrevistados por elas, essa paternagem se refere à vivência do papel masculino na família e o assumir o papel de pai dentro de casa. As autoras citam Maldonado (2000) que afirma que a principal força determinante de um vínculo não é a biologia humana, pois é possível observar muitas vezes que um padrasto desempenha a paternagem melhor do que o pai biológico.

Do ponto de vista do padrasto, Lima (2003) apontou que os padrastos entrevistados em seu trabalho trouxeram a ideia de que ser “como um pai” engloba a questão de poder exercer alguma autoridade sobre os enteados, pois foi dessa forma que eles vivenciaram a paternidade de seus próprios pais. Outro aspecto interessante observado nesse estudo foi o fato dos padrastos reclamarem das escolas de seus enteados que não o reconheciam “como um pai”, reivindicando, portanto, este lugar. A fala de um dos padrastos entrevistados por Lima (2003) deixa claro esse fato:

“A escola é extremamente preconceituosa, outras instituições eu não sei mas a escola é. A escola não me trata como pai, muito embora eu tenha ido a todas as reuniões, embora eu pague a mensalidade junto com a mãe dela. Eu ensino ela porque a mãe não tem a menor paciência para ensinar, eu pego e ensino coisas que ela tem dúvidas, isso quando eu não levo baile. Mas, por exemplo, se ela estiver passando mal na escola, eles vão ligar procurando a mãe, se a mãe não estiver, eles querem o celular dela, se eles não conseguirem achar a minha esposa no celular eles vão ligar e deixar um recado para mim. Eles não vão ligar para mim e falar: ela ta passando mal, vem buscar! (...)” (LIMA, 2003, p. 125)

Segundo os trabalhos analisados, ser chamado de pai, ser tratado “como um pai”, ter autorização para assumir o *status* de pai dos enteados, se sentir como filho verdadeiro, são processos presentes em algum momento no estabelecimento dos vínculos afetivos entre enteados e padrastos. Mais do que a nomeação, trata-se de um lugar relacional desejado e reivindicado por muitos dos envolvidos, mas nem sempre reconhecido dentro e fora da família. A relação afetiva entre padrastos e enteados precisa ser vista em suas peculiaridades. Tendo, ainda, por modelo a família nuclear e a relação pai-filho, estas experiências

se produzem em meio a ambivalências, conflitos e dúvidas. Afastando-se de argumentos biológicos em relação à constituição dos laços familiares, os autores dos trabalhos analisados enfatizam os aspectos psicossociais envolvidos na relação afetiva que se estabelece com frequência na convivência entre padrastos e enteados e que, aos poucos, vem sendo construída pelas famílias envolvidas e reconhecida pela sociedade mais ampla.

3.6 Um novo lugar parental: a contribuição do padrasto

Se o vínculo entre padrasto e enteado, embora parecido, é diferente do estabelecido entre pai e filho, que contribuição o padrasto pode trazer para a família a partir do lugar singular que ele ocupa? Nos textos analisados aparecem indicações, ainda que incipientes, de que o padrasto pode representar um importante elemento na vida familiar, contribuindo com a sua manutenção e desenvolvimento.

A análise dos trabalhos mostrou que a figura do padrasto é vista de diversas formas. Ao mesmo tempo que sua chegada na família pode representar incômodos, perdas e conflitos, ela pode trazer sensação de proteção e bem estar aos seus membros. O padrasto se insere num contexto de recasamento e, portanto, de renovação familiar com expectativas de que serão superados conflitos e sofrimentos vividos anteriormente.

Os autores de seis estudos analisados apontam que a figura do padrasto pode ser vista de forma positiva, podendo representar um excelente auxiliar da mãe na construção das relações familiares, além de poder exercer com sucesso o papel parental mesmo sem ter o vínculo biológico. Ribeiro (2006) pontua essa função auxiliar do padrasto dizendo:

“o padrasto pode desempenhar uma função paterna auxiliar, ainda que não de substituição do pai biológico, bem como construir uma relação afetiva significativa com seus respectivos enteados”. (p. 47)

A citação acima destaca a possibilidade do padrasto desempenhar um papel parental auxiliar e estabelecer vínculo afetivo com seus enteados, sem contudo pretender ocupar o lugar do pai nem substituí-lo. Nesta posição, o padrasto parece inaugurar um novo lugar parental na família recasada, ao lado da mãe e do pai dos seus enteados.

Semelhantemente, Travis (2003), citando Segalen (1996), fala em uma “parentalidade social” que aponta para uma visão mais atual da figura do padrasto e da madrasta na medida em que estas figuras passam a fazer parte da família recasada, assumindo uma função parental. Segundo esta autora, a parentalidade social contribui com a família somando-se à parentalidade desempenhada pelos pais biológicos. Nas palavras de Travis,

A autora descreve que, a partir das transformações e banalização das formas de divórcio, a parentalidade biológica vem somar-se a “parentalidade social”, que aparece como uma visão mais atual da figura do padrasto e da madrasta. (TRAVIS, 2003, p. 35)

A ideia de parentalidade social assemelha-se ao que Ribeiro (2005), citada acima, chamou de ‘adoção emocional’ dos filhos do cônjuge nas relações de recasamento, destacando o vínculo afetivo que se constrói entre padrasto e enteados nestes arranjos familiares.

Na dissertação *Recasamento: percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento*, Amaral (2010) cita Oliverio Ferraris (2002) que denomina o padrasto como “a terceira figura parental”, fazendo menção à importância desse personagem em contribuir com a manutenção do vínculo afetivo dos enteados e o genitor não residente, o que também contribui para um bom relacionamento entre ele e seus enteados. Uma das enteadas entrevistadas por Amaral (2010), uma adolescente de 15 anos, por exemplo, viu no seu padrasto um elo de união entre ela e sua mãe já que ele passou a assumir as responsabilidades financeiras da casa e sua mãe pode ficar mais tempo com ela. Neste caso, o padrasto surge como uma referência adulta e uma figura parental que não se confunde com o pai, mas que contribui compartilhando responsabilidades e mediando relações.

A figura do padrasto aparece também positivamente atrelada à função de provedor da família. David (2005) relata em seu trabalho que os adolescentes entrevistados escolheram com uma grande frequência a opção ‘obrigações financeiras’ quando o assunto foi o que padrasto deve fazer. Wagner, Halpern e Bornholdt (1999) mostram em seu trabalho que os adolescentes entrevistados apontaram a figura masculina como a principal responsável pelo sustento da casa, sendo que nas famílias reconstituídas essa função era dividida entre o pai e o padrasto. Watarai (2010) também traz a questão do padrasto ser visto pelos enteados e esposas como uma figura que assume a responsabilidade financeira em casa, apesar de alguns enteados entrevistados afirmarem que os pais biológicos davam pensão. Estas pontuações dos entrevistados novamente indicam expectativas em relação ao padrasto que o aproximam do papel tradicional do pai como provedor, mas não necessariamente substituindo o pai biológico. Mais importante, elas parecem sinalizar a novidade de sua presença enquanto um auxiliar de uma das mais fundamentais funções parentais, na medida em que ele assume e compartilha as responsabilidades financeiras envolvidas no cuidado com os mais jovens na família.

Outra possibilidade de colaboração do padrasto está em sua presença positiva como referência adulta de autoridade, podendo desempenhar um papel educativo e disciplinador, como extensamente discutido acima.

Enfim, os trabalhos analisados sugerem que o padrasto pode contribuir efetivamente com a vida familiar ocupando um lugar parental próprio, ao lado da mãe e do pai dos

seus enteados. A definição e delimitação de suas funções a partir deste lugar estão sendo construídas a partir das experiências e parecem depender das características e necessidades de cada família.

3.7 O Padrasto no Contexto da Violência Sexual

Do total de 45 trabalhos lidos, observou-se que 10 trabalhos (6 artigos e 4 dissertações) abordam a questão da violência sexual envolvendo a figura do padrasto. Dentre os trabalhos lidos, seis foram realizados estudando apenas meninas, três estudaram meninas e meninos e apenas um trabalho estudou um grupo exclusivo de meninos. Os trabalhos mostram que as meninas são sempre as maiores vítimas de violência sexual na família. É interessante destacar que 4 trabalhos apontam que os padrastos aparecem em segundo lugar como os que mais cometem a violência sexual contra meninas, ficando em primeiro lugar os pais biológicos. Ou seja, nos casos de violência sexual contra meninas, os pais biológicos são os principais agressores.

Uma das dissertações lidas traz uma discussão acerca dos aspectos psicológicos e psicodinâmicos dos abusadores incestuosos. O trabalho tem como tema *A Voz do Abusador: aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto*. A autora Heloisa Maria de Vivo Marques (2005), pesquisou três padrastos que abusaram sexualmente suas enteadas. Dois deles relataram que tinham convívio com suas enteadas desde a primeira infância e que havia uma relação paterno-filial estabelecida. Esses padrastos trazem em sua história pessoal o convívio com padrasto, alcoolismo dos pais e violência doméstica. Com isso, a autora considera que alguns casos devem ser analisados numa perspectiva mais social e outros numa perspectiva psicológica, sendo importante manter uma visão global e multidisciplinar do assunto.

Marques (2005) traz a discussão de alguns autores (Faleiros, 2001; Gabel, 1997; Garcia, 2001; Cohen, 1993) sobre o que seria mais apropriado fazer com o abusador para findar a dinâmica intrafamiliar incestuosa e a importância da precisão de um diagnóstico diferencial para que se encontrem alternativas eficientes. E, diante dos casos individuais estudados em sua pesquisa, a autora considera que

...existem casos que a prisão não é a alternativa mais acertada, tendo em vista as possibilidades de culpabilização e reparação dos atos, como no caso de Pedro. Talvez, o processo terapêutico intrafamiliar e individual, bem como o tratamento para o alcoolismo, pudessem ser mais efetivos. No caso de João e Luiz a problemática se torna mais complexa, tendo em vista os modos de atuação mais violentos, hostis e impulsivos, bem como a impossibilidade de autopercepção sobre a realização do ato incestuoso (MARQUES, 2005, p. 159).

Com relação ao ato incestuoso, a autora faz algumas reflexões sobre esse tabu à luz da psicanálise e questiona como os indivíduos que o cometeram o percebem, já que o senso comum o vê como um ato hediondo e desumano. Outro questionamento é se há a compreensão do tabu por parte desses indivíduos. Ela cita Forward & Buck (1989) que afirmam que praticamente não existem agressores que compreendam e admitam sua responsabilidade pelo ato incestuoso e que ainda tem aqueles que tentam dividir a responsabilidade com outra pessoa. Diante dos casos particulares analisados, a autora confirma essas afirmações dizendo

João nega totalmente sua implicação no ato incestuoso, mesmo com a sua ocorrência, alegando a sedução da enteada; Luiz acoberta o acontecimento do ato, mas fala de uma armadilha preparada pela mulher e Pedro permanece entre a culpabilização e a desculpabilização, atribuindo o seu alcoolismo e o desejo da enteada, como fatores também determinantes (MARQUES, 2005, p. 160).

A questão de gênero foi discutida no estudo como um elemento importante a ser considerado, pois, nos três casos, os agressores usaram de forma imperiosa as mulheres na realização dos seus desejos sexuais. A autora considera que as representações que os padrastos demonstraram ter das mulheres como sendo desqualificadas e sem valor favoreceram a ação do ato incestuoso. Nas palavras da autora,

Nos três casos há a manifestação de conteúdos hostis, agressivos e violentos com as mulheres-enteadas abusadas indicando o movimento de realizar a todo custo seus desejos, à medida que as consideram passivas e submissas (MARQUES, 2005, p. 162).

Segundo a autora, dois dos três entrevistados no estudo apresentaram características narcísicas, mostrando-se insensíveis, sedutores, arrogantes, megalomaniacos e egocêntricos. A questão do poder também apareceu como elemento essencial na relação com o outro para esses dois entrevistados. Ela aponta que os agressores, durante os encontros para o estudo, mostraram uma imagem de força e autosuficiência, no entanto, quando se sentiam ofendidos com alguma pergunta mostravam-se desestruturados e agressivos, demonstrando, assim, uma falsa segurança. A autora ressalta que, apesar das reflexões terem vinculado o narcisismo à personalidade dos abusadores incestuosos, não se pode generalizar, pois também foi encontrado indivíduo com outro perfil.

A dissertação que abordou apenas meninos, intitulada Dimensões da Violência Sexual Contra Meninos sob a Ótica de Gênero: um estudo exploratório, cuja autora é Sonia Fortes do Prado (2006), teve como objetivo compreender o abuso sexual em meninos, cuja incidência tem se mostrado insignificante em comparação ao abuso sexual em meninas. A autora questiona esta diferença, tendo como hipótese "que a construção social de gênero

tem sido um dos motivos que sustenta o quadro de abuso sexual em meninos e fortalece a sua invisibilidade"(p.9).

Das três famílias estudadas por Prado (2006), apenas numa o padrasto foi o autor do abuso sexual. Dessas três famílias duas são de classe econômica baixa e uma de classe média. A família que teve o padrasto como autor do abuso é de classe baixa. A autora revela, ainda, que a violência conjugal foi presente nos relatos das três famílias e mostrou-se como um elemento gerador de muito estresse para toda família principalmente para as crianças e adolescentes. Ribeiro (2004) citada por Prado (2006), concluiu, em um estudo, que são nas famílias reconstituídas ou monoparentais que ocorrem com mais frequência o abuso sexual em função dos laços parentais serem mais afrouxados e as fronteiras intergeracionais poderem parecer menos evidentes. Em comparação a essa afirmação, cabe ressaltar, mais uma vez, que, dos 10 trabalhos selecionados no presente estudo que trouxeram a temática do abuso sexual, 4 afirmam que pais biológicos são mais frequentemente apontados como perpetradores de abuso sexual do que padrastos.

Prado (2006) afirma que nos casos de abuso sexual contra meninos a questão parece ser um segredo mais delicado do que o abuso sexual contra meninas. Ela aponta dois fatores que contribuem para isso: o baixo número de casos registrados e a interferência que esse tipo de abuso tem na noção de masculinidade, tanto dos meninos vitimizados como dos seus familiares. No entanto, diante da afirmação da autora podemos questionar se o baixo número de registros de casos de abuso sexual contra meninos já não seria uma expressão dessa atmosfera mais sigilosa. Saffioti (1997) citada por Matias (2006), afirma que a cultura machista da sociedade brasileira contribui para o baixo índice de denúncias de abuso sexual cometido contra meninos. Prado (2006) destaca, ainda, que nas três famílias estudadas o aspecto da transgeracionalidade é constatado, pois os padrões de relacionamentos violentos estão presentes em três gerações anteriores e muitas vezes nos dois lados da família.

Com relação à família estudada por Prado que teve o padrasto como abusador do enteado, a denúncia foi feita por uma vizinha. Enquanto a mãe diz que está separada, o padrasto diz que não estão separados. Segundo a autora, nessa família é o homem quem dá as ordens e os princípios do patriarcalismo são claramente evidenciados. Na fala da autora

Em um momento da entrevista vimos o estado de vulnerabilidade do papel da mulher que, tem dificuldades em estabelecer limites em sua própria casa, casa esta adquirida por ela. Esta permite que o segundo ex-marido (assim considerado por ela) e suposto abusador sexual de seu filho entre em casa, deite em sua cama e determine normas com as quais ela discorda, porém, se omite para não contrariá-lo. Talvez o medo a impeça de tomar atitudes (PRADO, 2006, p. 137).

Nos demais trabalhos lidos, destaca-se o silêncio diante do abuso sexual, frequentemente encontrado nas famílias. O padrasto, mesmo sendo o abusador causador de muitos sofrimentos, é visto pela família como uma pessoa importante pois muitas vezes ele é o único provedor da casa. Esse fato é considerado pelos autores como um dos fatores que contribuem para o estabelecimento de um comportamento de silêncio diante do abuso ocorrido. Na dissertação *Mães de Meninas Vítimas de Abuso Sexual: aquilo que não se pode dizer*, a autora Ramos (2010) cita Faleiros(1997) que diz:

O segredo familiar geralmente está presente visando a preservação do provedor e, muitas vezes, há a complacência de outros membros da família (FALEIROS, 1997, citado por RAMOS, 2010, p. 22)

O silêncio diante do abuso sexual também aparece como fator de proteção, tanto para a vítima como para a família, como se pode apreender destas citações:

O silêncio se configura como um aliado que a recoloca num lugar de proteção, como se nada tivesse acontecido, a não ser pela presença de Amanda. O silêncio também parece ter o mesmo significado para sua família. (...) Um aspecto que nos escapa, e que é fruto deste silêncio, é sobre quem foi este padrasto ou o desconhecimento da dinâmica conjugal e/ou familiar na qual a violência foi perpetrada. Este homem fugiu covardemente e, assim, auxilia na manutenção do silêncio, acrescido das ajudas financeiras esporádicas que envia (CANTELMO, CAVALCANTE E COSTA, 2011, p. 12).

(...)mesmo tendo dúvidas quanto à veracidade do abuso, algumas mães não conseguem se desvencilhar de uma relação que consideram ser essencial para a manutenção de sua unidade familiar: pensam em seus outros filhos, como ficarão sem a presença do pai, e ainda temem pela condenação do companheiro e a repercussão que isso terá na sociedade e na vida deles. (RAMOS, 2010, p. 105).

Os estudos encontrados constataam o fato do padrasto ser uma das principais figuras que cometem abuso sexual contra crianças e adolescentes. Esta associação permeia as ideias populares difundidas acerca da pessoa do padrasto, frequentemente produzindo preconceitos e expectativas negativas em relação aos vínculos estabelecidos nas famílias recasadas, trazendo graves repercussões no âmbito individual e social. No entanto, os estudos mostram a importância de se levar em consideração o que antecede a relação entre padrasto e enteado, denunciando a dinâmica das relações de gênero marcadas, ainda, por dominação, violência e opressão, as quais não são exclusivas das famílias reconstituídas. Vale o destaque de que as pesquisas mostram que os pais biológicos são frequentemente os principais autores de violência sexual contra suas filhas. Neste sentido, a violência sexual cometida por padrastos contra seus enteado e enteada precisa ser examinada no

contexto mais amplo de violência contra os mais vulneráveis (crianças e mulheres), vivida no seio da família nuclear em suas diversas configurações.

3.8 O Padrasto e a Clínica do Recasamento

Dentre todos os trabalhos lidos, apenas um foi realizado com profissionais terapeutas de família, tendo como objetivo analisar a percepção dos terapeutas de família do Rio de Janeiro a respeito do recasamento, assim como as abordagens teórico-práticas preferencialmente utilizadas nos atendimentos. Essa tese tem como título *Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento* (TRAVIS, 2013), e a autora entrevistou 10 terapeutas de família de orientação sistêmica. Os temas propostos na pesquisa foram: concepções do terapeuta, especificidades do recasamento e referências teórico-clínicas. Para a análise dos dados colhidos nas entrevistas, a autora constituiu cinco categorias de análise: família, família recasada, transformações sociais, queixas relacionadas ao recasamento e relação teoria-prática.

Ao abordar a categoria família a autora percebeu a diversidade de respostas dadas e passou a compará-las. Algumas semelhanças surgiram como a dificuldade de alguns terapeutas em definir família. Eles se referem à pergunta como algo de muita complexidade. Um dos entrevistados diz:

“Pergunta difícil. Hoje em dia a gente ...o conceito de família tradicional mudou muito ...a gente trabalha aqui na Teoria Geral de Sistemas, então a gente entra num sistema que a família traz ... eu vou trabalhar com aquilo que vem, que chega” (TM.3). (p. 103)

A autora aponta que alguns entrevistados trazem o modelo nuclear em suas considerações enquanto outros já não o trazem ou estão tentando não trazê-lo. Parece haver um certo receio de alguns entrevistados em dar sua opinião baseada no modelo tradicional, possivelmente tentando evitar a crítica. Na fala da autora

Primeiramente, parece que tornou-se “politicamente incorreto”, no campo das terapias, qualquer tipo de comentário que pareça excluir algum grupo da possibilidade de considerar-se família, com todos os direitos, deveres e características a ela atribuídos. Os entrevistados mencionam expressões como “polêmicas” ou “não moderno” antes de expressarem suas opiniões pessoais sobre o tema, como se as considerassem ultrapassadas (p. 106).

A autora, ao citar a influência do modelo de família nuclear nas concepções de família dos entrevistados, esclarece que os pesquisadores não defendem o abandono do modelo nuclear, mas sim apresentam uma análise mais ampla da ideologia a ele atrelada, propondo

uma atitude mais inclusiva, ficando o modelo nuclear como uma das possibilidades de configuração familiar.

Na categoria família recasada, a autora pontua que apenas um entrevistado incluiu em sua definição todos os aspectos que caracterizam uma família recasada, conforme se encontra na literatura. Os filhos de uma relação anterior são apontados pela literatura como um fator marcante da família recasada. A definição dada por este entrevistado foi:

“...aquela que um dos parceiros adultos, um dos parceiros do que seria o casal, ele tem ou ela tem uma experiência de casamento, de vínculo afetivo anterior a esse casamento, e trouxe para essa relação filhos, que moram juntos ou não, mas que têm uma relação em que alguém é biologicamente progenitor e alguém não é ...” (TF.1).

Outros terapeutas entrevistados não incluíram os filhos em suas definições e mostraram dúvidas sobre serem os filhos uma característica da família recasada.

Aqui é importante esclarecer que nos trabalhos selecionados para o presente estudo encontrou-se o conceito de família recasada tendo os filhos de casamentos anteriores como um dos elementos que a caracterizam. No entanto, Costa (2008), apesar de adotar também esse conceito de família recasada, pontua que “...a complexidade estrutural e a diversidade de configurações possíveis não nos permitem falar de uma família recasada típica” (p. 15).

Alguns terapeutas entrevistados trouxeram a ideia de que uma família recasada é como outra qualquer e outros pontuaram que são famílias que trazem questões específicas em suas relações, incluindo aspectos negativos, como mostram as falas abaixo:

“Para mim, um casamento ou um recasamento é quando duas pessoas resolvem, a partir de um projeto juntos, montar aquele espaço ... e o espaço é geográfico, são as paredes, as fronteiras, enfim, é o sistema...” (TF. 6). (p. 111).

“Eu acho que (o recasamento) é uma situação complicadíssima, sabia? As pessoas ...eu acho uma sacanagem, porque as pessoas lêem reportagens de jornais, onde todo mundo ... os seus, os meus, os nossos, é tudo tão bonito, tão harmônico...e na verdade é tão complicado ! ” (TF.5).(p. 112).

A autora constata que os entrevistados apresentam um distanciamento em relação à leitura específica sobre o tema recasamento. A maioria dos entrevistados pareceu não considerar relevante ter algum conhecimento específico no atendimento de famílias recasadas. Justificaram dizendo que a orientação sistêmica por eles seguidas adequava-se aos diferentes sistemas familiares atendidos.

Segundo a autora, as respostas dadas sobre o recasamento, pareceram apoiar-se mais nas experiências clínicas com famílias de primeiro casamento e em ideias do senso comum do que baseadas em discussões e estudos específicos sobre o tema. As práticas dos

terapeutas entrevistados parecem ir mudando mais a partir das transformações sociais inevitáveis e as demandas clínicas que geram do que por reflexões sobre a articulação entre teoria, prática e as mudanças sociais.

Na categoria transformações sociais a autora pontua que todos os entrevistados percebem as muitas mudanças sociais que se refletem na vivência familiar e que a metade dos terapeutas entrevistados apresenta uma visão positiva frente às mesmas. Entre as transformações sociais mais citadas pelos entrevistados estão as conseqüências da separação conjugal, a qual está sendo vista de forma menos traumática, o surgimento de diferentes constituições familiares na clínica, como casais homossexuais e famílias monoparentais, e a busca por psicoterapia por um número cada vez maior de famílias recasadas.

Os demais entrevistados foram menos otimistas ou não fizeram julgamentos, limitando-se a descrever suas percepções. As concepções menos otimistas falaram da "exclusão do pai" num grande número de famílias sendo que um dos entrevistados fala dessa exclusão como uma opção das pessoas de construir uma família sem ter o pai como uma figura necessária e outro entrevistado fala do número expressivo de mulheres que vivem sem um companheiro e sem um referencial de pai para a criança. Ressaltaram, também, a dificuldade em não repassarem seus próprios valores sobre casamento e família para esses diferentes grupos familiares que têm procurado com mais freqüência seus atendimentos.

Na categoria queixas relacionadas ao recasamento a autora, baseada na literatura especializada, inicia falando sobre os prejuízos às famílias recasadas acarretados pela desinformação das especificidades existentes na estrutura e nas relações dessas configurações familiares e pontua sobre o papel do terapeuta na transmissão dessas informações aos membros dessas famílias. Os entrevistados confirmam a existência desse desconhecimento e de expectativas irreais acerca das novas relações. A maioria relata que seus clientes não fazem relação dos seus problemas com a situação de recasamento.

Dentre as queixas mais comuns que os entrevistados escutam dos membros das famílias recasadas, a autora identificou três temas recorrentes: os filhos de casamentos anteriores de um ou de ambos os membros do casal, ex-cônjuges e finanças. Nesta categoria surgiram questões voltadas à culpa, conflitos de lealdade dos filhos em relação aos seus pais e padrasto/madrasta, falta de autoridade, expectativas frustrantes envolvendo as relações entre padrasto/madrasta e enteados, a interferência dos ex-cônjuges no recasamento e na questão financeira. Duas terapeutas entrevistadas fazem menção à questão do conflito frente à autoridade do padrasto, questão recorrente trazida por seus clientes. A fala das duas entrevistadas mostra que ambas apresentam uma concepção de modelo familiar nuclear atribuindo ao homem o papel de autoridade e mantendo a expectativa que o padrasto assuma tal papel, como se pode ver nos trechos a seguir:

“Eu acho que essa coisa, principalmente do homem, que entra no sistema, não se sentir autorizado, da mãe não deixar esse novo parceiro entrar, ter um papel de autoridade: “com os meus filhos você não mexe”, “até aqui mando eu...”, quer dizer, o dever do pai. Eu sinto muito isso, do marido se sentir totalmente descartado, de querer desempenhar o papel de pai e ser alijado do sistema” (TF.5). (p. 128)

“Os homens não sabem como colocar essa autoridade, a questão da hierarquia. Ele não sabe se tem 100% autoridade com o filho do outro, ou se é uma coisa de meio a meio. Qualquer coisa que ele chama a atenção, ele não sabe se está sendo bem recebido ou se está sendo comparado... Então, as vezes, o homem tem muita dificuldade de lidar com a qualidade e o nível dessa hierarquia e dessa autoridade em casa” (TF.6). (p. 129)

A autora ressalta a importância do terapeuta em situar as famílias recasadas diante de suas especificidades. Nas palavras da autora

“Se os membros da família trazem para a terapia as noções de funcionamento familiar baseadas em famílias de primeiro casamento, cabe ao terapeuta apresentá-los às questões específicas dessa nova configuração familiar na qual estão inseridos. O tratamento torna-se inviável, porém, se o terapeuta também busca enquadrar a família recasada no modelo de família nuclear.” (p. 129)

Na categoria relação teoria-prática a autora sinaliza que todos os terapeutas entrevistados tiveram formação em teoria sistêmica ao iniciarem suas formações em terapia de família. Com o tempo, alguns se afastaram do referencial teórico inicial. Alguns entrevistados mostraram um relação explícita da teoria com sua prática, demonstrando preocupação em estar sempre refletindo sobre essa relação e suas transformações. Um dos entrevistados fala de sua prática relacionando-a a teoria. Ele diz:

“Quando você é sistêmico, você trabalha em contexto. Se o contexto muda, você muda também. Esse é um dos princípios básicos da terapia de família. A família é o contexto onde o indivíduo está inserido, se você trabalha naquele contexto você ajuda o indivíduo” (TM.4).(p. 133)

Outros entrevistados não foram tão explícitos nessa relação de teoria-prática e se colocaram mais numa posição de colaboradores das famílias e seus membros do que de especialistas.

O trabalho não apresenta de forma específica questões sobre a figura do padrasto na concepção dos entrevistados, embora o tema apareça em algumas entrevistas. Na parte teórica a autora faz menção sobre o papel do terapeuta diante da família recasada que procura ajuda terapêutica, o qual deve ser de orientar sobre as diversas peculiaridades desse tipo de configuração familiar. A autora cita, por exemplo, a necessidade do terapeuta

apresentar e debater os novos papéis familiares e as novas regras familiares. Cita, ainda, que as pesquisas clínicas apontam para uma função didática do terapeuta, usando a psicoeducação como um recurso terapêutico fundamental.

Enfim, percebe-se que os profissionais que trabalham com grupos familiares estão em processo de adaptação às novas demandas clínicas e de revisão de conceitos e perspectivas frente às diferentes configurações familiares e seus membros. Há uma tendência desses profissionais ainda olharem para as novas famílias numa perspectiva do modelo da família nuclear tanto em sua estrutura como em suas relações. No entanto, foi visto que há uma preocupação por parte deles em não deixar suas concepções pessoais acerca do tema interferirem nas intervenções terapêuticas.

Conclusões

A presente pesquisa teve como objetivo principal conhecer e analisar a produção acadêmica brasileira sobre o padrasto na família recasada. Ao se fazer o levantamento quantitativo da produção acadêmica percebemos um número reduzido de trabalhos publicados, evidenciando a escassez de pesquisas sobre o assunto. Este dado é mais relevante quando se considera que o levantamento incluiu múltiplos descritores e bases de dados e não delimitou data de publicação, incluindo todos os trabalhos disponíveis nos bancos de dados pesquisados. Os desafios psicossociais que a família contemporânea vem enfrentando dão a dimensão da necessidade e urgência de se produzirem pesquisas sobre o tema. A importância da família como contexto relacional primário para a constituição subjetiva do ser humano é incontestável. As grandes mudanças pelas quais a família vem passando, ao tempo em que reafirmam sua construção sócio-histórica, precisam ser conhecidas e compreendidas.

A partir do material encontrado, foi possível apresentar uma visão panorâmica de como o tema vem sendo abordado pelos pesquisadores da área da Psicologia, a qual se vinculam a grande maioria dos trabalhos.

Féres-Carneiro (1998) defende a ideia de que é a qualidade das relações que dará a competência às famílias, independentemente de serem casadas, divorciadas ou recasadas. Em nossa pesquisa vimos que alguns trabalhos compartilham dessa ideia e afirmam que as diferentes configurações familiares podem trazer um potencial de promoção de saúde para seus membros, pois a qualidade das relações familiares trazem mais bem estar ao grupo do que sua constituição.

Vimos, ainda, que a família nuclear e a figura do pai são fortes referências como modelos a serem seguidos pelas famílias de recasamento, as quais são sistematicamente

questionadas pelos pesquisadores. Este dado nos remete a Figueira (1987) que fala sobre a modernidade que convive com a coexistência dos antigos e novos ideais e identidades, sinalizando que, mesmo de forma invisível, o arcaico se mantém presente fazendo, de forma eficaz, oposição ao moderno. As mudanças ocorridas na família se processam de forma gradativa, o que dá a possibilidade dessa convivência e sobreposição entre o novo e o antigo.

A questão da entrada de novos membros na família após a constituição de uma nova conjugalidade apresenta-se atrelada a diversas questões relacionais. Os estudos mostraram o impasse que o padrasto se depara em relação a qual papel irá e/ou poderá assumir diante dos filhos da sua nova companheira. Esta situação evoca e questiona a questão do parentesco, já que na cultura ocidental o vínculo biológico é o que dá o estatuto jurídico ao adulto. Autores como Ferreira (1987) e Uziel (2000) ao trazerem suas perspectivas acerca da diferença entre parentalidade e parentesco e a concepção de pluriparentalidade, respectivamente, apresentam a possibilidade do padrasto exercer uma função parental legitimada pela sua competência parental.

A produção acadêmica analisada mostra que a figura do padrasto, apesar de carregar o estigma de possível abusador dos enteados e de não ter prescrições sociais claras que norteiem seu papel, vem sendo reconhecida como uma figura parental auxiliar de relevância no convívio da família recasada. Diversos estudos registram que sua presença na família vem sendo construída a partir da experiência vivida, enfatizando possibilidades para além da repetição do modelo da primeira união conjugal ou da imagem da família nuclear como o padrão a ser seguido.

Nosso trabalho mostra o quanto as pesquisas acadêmicas sobre família contribuem para dar visibilidade a aspectos relevantes das novas configurações familiares, assim como para gerar discussões a respeito das possibilidades e da legitimação desses grupos e de seus membros. Sua relevância está, primeiramente, em apontar a contribuição da Psicologia como protagonista da produção brasileira sobre o padrasto na família contemporânea. Destaca, ainda, que os modos como a Psicologia vem abordando o padrasto na família recasada contribuem para a problematização das complexas questões envolvendo as relações familiares e a parentalidade. Concluimos que a Psicologia, enquanto campo de produção de conhecimento, tem colaborado com a superação de estigmas e com a construção de novos paradigmas acerca da vida familiar, com repercussões no campo cultural, na formação profissional e nas intervenções nas áreas da clínica, educação, assistência social e jurídica.

Percebemos que ainda existem pontos que precisam ser aprofundados em futuras pesquisas e esperamos que este trabalho fomente no leitor novos questionamentos e novas

pesquisas sobre a figura do padrasto na família recasada.

Referências Bibliográficas

- [1] ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- [2] AMARAL, D. H. *Recasamento: percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento*. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife/PE. Disponível em < [http : //www.unicap.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo = 477](http://www.unicap.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=477) >. Acesso em 20 jan 2014.
- [3] ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- [4] BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- [5] BRITTO, L. M. T., *Separando: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas varas de família*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Uerj, 1993.
- [6] BRITTO, L. M. T. Alianças desfeitas, ninhos refeitos: mudanças na família pós-divórcio. In.: BRITTO, L. M. T. (Org.). *Famílias e Separações: perspectivas da psicologia jurídica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- [7] BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In.: AZEVEDO, M. A.; NOGUEIRA, V. N. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.
- [8] CAMPOS, C. J. G. *Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 57, n. 5, pp. 611-614, 2004.
- [9] CANO, D. S.; GABARRA, L. M.; MORÉ, C. O.; CREPALDI, M. A. *As Transições Familiares do Divórcio ao Recasamento no Contexto Brasileiro*. (2009). Disponível

- em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722009000200007&script=sci_arttext > . Acesso em 20 jun 2014.
- [10] CANTELMO, C. A.; CAVALCANTE, T. P.; COSTA, L. F. *A menina mãe: incesto e maternidade*. 2011. Disponível em < http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/12104/art_COSTA_A_menina_mae_incesto_ematernidade_2011.pdf?sequence=1&isAllowed=y > . Acesso em 16 maio 2014.
- [11] CARVALHO, F. R. *Padrastos: reflexões sobre o seu papel na família recomposta*. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia - Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão/SE. Disponível em < http://bddt.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=863 > . Acesso em 20 jan 2014.
- [12] CERVENY, C. M. O. et al. *Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- [13] *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > . Acesso em 5 maio 2015
- [14] COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- [15] COSTA, J. M. *A Arte de Recomeçar: uma compreensão sobre a dinâmica das famílias recasadas*. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em < http://www.unicap.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=312 > . Acesso em 20 jan 2014.
- [16] COSTA, J. A. R. “*E Viveram felizes...até o próximo casamento*”: o recasamento e a emergência de novas subjetividades. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ. Disponível em < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=187979 > . Acesso em 03 fev. 2014.
- [17] COSTA, J. M.; DIAS, C. M. S. B. *Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades*. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo, v. 14, n. 3, dez. 2012. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000300006&lng=pt&nrm=isso > . Acesso em 06 fev. 2014.

- [18] COURT, P. M. Família e Sociedade Contemporâneas. In.: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs), *Família, Sociedade e Subjetividades*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.
- [19] DAVID, P. C. *Ele, o marido da minha mãe: atributos do papel de padrasto entre adolescentes*. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP. Disponível em < [http : //www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo = 1020](http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1020) > . Acesso em 20 jan 2014.
- [20] FALCKE, D.; WAGNER, A. *Mães e Madrastas: mitos sociais e autoconceito*. Estud. Psicol. (Natal), vol. 5, n° 2, 421-441, 2000.
- [21] FALCKE, D.; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, Adriana. (Org.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- [22] FÉRES-CARNEIRO, T. *Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade*. (1998). Disponível em: < [http : //www.scielo.br/scielo.php?script = sci_arttext&pid = S0102 – 79721998000200014&lng = pt&tl](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=pt&tl) > . Acesso em 24 nov 2014.
- [23] FÉRES-CARNEIRO, T. *Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade*. (2003) Disponível em: < [http : //www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19958.pdf](http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19958.pdf) > . Acesso em 24 nov 2014.
- [24] FÉRES-CARNEIRO, T. e ZIVIANI, C. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In.: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Casal e Família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- [25] FÉRES-CARNEIRO, T.; ZIVIANI, C.; MAGALHÃES, A. S. Arranjos amorosos contemporâneos: sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. In.: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Casal e Família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- [26] FERREIRA, S. I. A. *A Parentalidade em Contexto de Recomposição Familiar: o caso do Padrasto*. 2011. 340 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Disponível em < [http : //repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6788/1/ulsd063194_td_Susana_Ferreira.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6788/1/ulsd063194_td_Susana_Ferreira.pdf) > . Acesso em 15 dez 2013.

- [27] FIGUEIRA, S. A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In.: FIGUEIRA, S. A. (Org.) *Uma Nova Família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- [28] GALANO, M. H. Família e história: a história da família. In.: CERVENY, C. M. de O. (Org.) *Família e...* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- [29] GARBAR, C.; THEODORE, F. *Família Mosaico*. São Paulo: Augustus, 2000.
- [30] GÓIS JÚNIOR, E. *Movimento Higienista e o Processo Civilizador: apontamentos metodológicos*. (2007). Disponível em: < [http : //www.uel.br/grupo – estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Gois_Jr.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Gois_Jr.pdf) > . Acesso em: 30 jan 2015.
- [31] GRZYBOWSKI, L. S. Ser Pai e Ser Mãe: como compartilhar a tarefa educativa após o divórcio? In.: WAGNER, A et al. *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- [32] IBGE, 2010. Disponível em < [http : //biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos /98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf) > . Acesso em 03 nov. 2014.
- [33] JOÃO, M. T. *Álbum de Família: construindo uma nova geração*. São Paulo: Editora Gente, 1993.
- [34] KALOUSTIAN, S. M. e FERRARI, M. *Família Brasileira a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011.
- [35] LE GALL, D. L. *Segundos amores: amar a razão?* (1993). Disponível em < [http : //sociologiapp.iscte.pt/pdfs/27/275.pdf](http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/27/275.pdf) > . Acesso em 27 agosto 2014.
- [36] LIMA, M. T. A. *Ser ou não ser: a experiência do homem nos cuidados dos filhos da companheira*. 2003. 171 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- [37] LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Rev. Katál. Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007.

- [38] LOBO, C. *Famílias recompostas: revisitar a produção americana (1930-2000)*. Sociologia, Problemas e Práticas, Oeiras, n.48, maio 2005. Disponível em < [http : //www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script = sci_arttext&pid = S0873 – 65292005000200007&lng = pt&nrm = iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292005000200007&lng=pt&nrm=iso) > . Acesso em 07 dez. 2013.
- [39] LOBO, C. *Recomposições Familiares: Dinâmicas de um processo de transição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. Disponível em < [http : //revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/146](http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/146) > . Acesso em 13 nov 2013.
- [40] MAGALHÃES, A. S. Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias. In.: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.) *Casal e Família: permanência e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- [41] MARQUES, H. M. V. *A voz do abusador: aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto*. 2005. 184 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF. Disponível em < [http : //www.bdd.uceb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo = 648](http://www.bdd.uceb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=648) > . Acesso em 07 dez 2013.
- [42] MATIAS, D. P. *Abuso Sexual e Sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas*. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE. Disponível em < [http : //www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2237](http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2237) > . Acesso em 11 jan 2014.
- [43] MAYOR, A. S. e FARIAS, F. R. *Transformações no casamento e satisfação conjugal: fatores mnemônicos*. Congresso internacional interdisciplinar em sociais e humanidades Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X. Disponível em < [http : //www.aninter.com.br/ANAI5%20I%20CONITER/GT16%20Estudos%20de%20g%EAnero,%20feminismo%20e%20sexualidades/TRANSFORMA%C7%D5ES%20NO%20CASAMENTO%20E%20SATISFA%C7%C3O%20CONJUGAL%20FATORES%20MNEM%D4NICOS%20 – %20Trabalho%20completo.pdf](http://www.aninter.com.br/ANAI5%20I%20CONITER/GT16%20Estudos%20de%20g%EAnero,%20feminismo%20e%20sexualidades/TRANSFORMA%C7%D5ES%20NO%20CASAMENTO%20E%20SATISFA%C7%C3O%20CONJUGAL%20FATORES%20MNEM%D4NICOS%20-%20Trabalho%20completo.pdf) > . Acesso em 10 fev 2015.
- [44] McGOLDRICK, M. e CARTER, B. Constituindo uma família recasada. In.: McGOLDRICK, M. e CARTER (orgs.). *As mudanças do ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

- [45] NAZARETH, E. R. Família e Divórcio. In.: CERVENY, C. M. de O. *Família e...* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- [46] OLIVEIRA, A. L. *Irmãos, meio-irmãos e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento*. 2005. 333 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005. Disponível em < http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/22/TDE-2005-04-14T13:23:53Z-488/Publico/Tese%20Doutorado%20PUC%20_%20Adriana%20Leonidas%20de%20Oliveira%20_%202005.pdf > . Acesso em 10 dez 2013.
- [47] OLIVEIRA, M. A. M.; WAGNER, A. *A Família Recasada: papéis, função e a educação dos filhos*. Alcance - Psicologia, Ano VII, n. 5. Itajaí: 2000, p. 27-35.
- [48] PAULO, B. M. *Novas Configurações Familiares e seus Vínculos Sócio-Afetivos*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ. Disponível em < http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8122/8122_1.PDF > . Acesso em 03 abril 2014.
- [49] PEIXOTO, C. E.; CICCHELLI, V. Sociologia e Antropologia da vida privada na Europa e no Brasil: os paradoxos da mudança. In.: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- [50] PETRINI, J. C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In.: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs), *Família, Sociedade e Subjetividades*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.
- [51] PRADO, S. F. *Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório*. 2006. 216 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília, Brasília/DF. Disponível em < <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2302/1/Sonia%20Fortes%20do%20Prado.pdf> > . Acesso em 06 jan 2014.
- [52] RAMOS, M. C. R. *Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer*. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife/PE. Disponível em < http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=476 > . Acesso em 05 jan 2014.
- [53] RIBEIRO, R. M. F. *Adoção Emocional em Famílias de Recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas*

- e seus enteados*. 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ. Disponível em < [http : //www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action = &co_bra = 141848](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_bra=141848) > . Acesso em 03 abril 2014.
- [54] SARAIVA, C. de A. *Ser padrasto em famílias recompostas: os desafios da pluriparentalidade*. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em < [http : //www2.dbd.puc - rio.br/pergamum/tesesabertas/1111664_2013_completo.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111664_2013_completo.pdf) > . Acesso em 05 jan. 2014.
- [55] SCIGLIANO, F. M. *Mamãe casou: a perspectiva infantil sobre os relacionamentos conjugais pós-divórcio*. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo/SP. Disponível em < [http : //busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do](http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do) > . Acesso em 03 abril 2014.
- [56] SEGALLEN, M. *Sociologia da Família*. Terramar, Lisboa, 1996.
- [57] SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. *O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método Organ*. Rurais agroind, Lavras, 2005, v. 7, n. 1, p. 70-81.
- [58] SILVA NETO, J. A.; STREY, M. N.; MAGALHÃES, A. S. Sobre as motivações para a conjugalidade. In.: WAGNER, A et al. *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- [59] SILVA, P. O. M.; TRINDADE, Z. A.; SILVA JUNIOR, A. *As Representações Sociais de Conjugalidade entre Casais Recasados*. 2012. Disponível em < [http : //www.scielo.br/scielo.php?pid = S1413 - 294X2012000300012&script = sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2012000300012&script=sci_arttext) > . Acesso em 15 maio 2014.
- [60] SINGLY, F. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In.: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- [61] SOARES, L. C. E. C. A família com padrasto e/ou madrasta: um panorama. In.: BRITO, L. M. T. (org.). *Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, pp. 81-112.

- [62] SOARES, L. C. E. C. *No fogo cruzado: desafios e vivências de pais e mães recasados*. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em http://www.bddd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5054 > . Acesso em 20 Novembro, 2013.
- [63] SZYMANSKI, H. Teorias e “Teorias” de famílias. In.: CARVALHO, M. C. B. de (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.
- [64] TRAVIS, S. *Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento*. 2003. 138 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003. Disponível em < http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/9916776_03_completo.pdf > . Acesso em 20 dez 2013.
- [65] TOMÉ, G. L.; SCHERMANN, L. *Padrasto, o novo pai - Nova postural paternal*. 2004. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-03942004000100003&script=sci_arttext > . Acesso em 20 junho 2014.
- [66] UZIEL, Anna Paula. “Tal pai, tal filho” em tempos de pluriparentalidade. *Expressão fora do lugar?* In.: XXIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS. Petrópolis, 2000. Disponível em < <http://biblioteca.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/gt05/00gt0531.doc> > . Acesso em 07 dez.2013.
- [67] VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- [68] VIEIRA, E. D. e STENGEL, M. *Os nós do individualismo e da conjugalidade na pós-modernidade*. (2010) Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n32/n32a12.pdf> > . Acesso em: 15 dez 2014.
- [69] WAGNER, A. Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, A. (Org.) *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- [70] WAGNER, A.; HALPERN, S. C.; BORNHOLDT, E. A. *Configuração e Estrutura Familiar: um estudo comparativo entre famílias originais e reconstituídas*. Psico, vol 30, nº 2, Porto Alegre, 1999.

- [71] WAGNER, A., RIBEIRO, L.S., ARTECHE, A. X., BORNHOLDT, E.A. *Configuração familiar e o bem estar psicológico dos adolescentes*. Disponível em < [http : //www.scielo.br/scielo.php?script = sci_arttext&pid = S0102 – 79721999000100010&lng = pt&nrm = iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000100010&lng=pt&nrm=iso) > . Acesso em 20 jun 2014.
- [72] WATARAI, F. *Filhos, pais, padrastos: relações domésticas em famílias recompostas das camadas populares*. 2010. 147 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP. 2010. Disponível em < [http : //www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde – 27012011 – 154253/pt – br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-27012011-154253/pt-br.php) > . Acesso em 05 jan. 2014.

Apêndice

A

Apêndice

Apêndice A - Descrição dos trabalhos selecionados para a análise.

	TÍTULO	ANO	TIPO	AUTOR(ES)	DISPONÍVEL	DESCRIPTOR
1.	A família recasada: papéis, funções e a educação dos filhos	2000	Artigo	Márcia Aparecida M. de Oliveira e Adriana Wagner	Sim	Padrasto/Padrastos
2.	A arte de recomeçar: uma compreensão da dinâmica das famílias recasadas	2008	Dissertação	Juliana Monteiro Costa	Sim	Recasamento / Recasamentos
3.	A menina mãe: incesto e maternidade	2009	Artigo	Claudia A. Cantelmo, Thainá P. Cavalcante e Liana F. Costa	Sim	Padrasto/Padrastos
4.	A voz do abusador: aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto	2005	Dissertação	Heloisa Maria de Vivo Marques	Sim	Padrasto/Padrastos
5.	Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas	2006	Dissertação	Delane Pessoa Matias	Sim	Padrasto/Padrastos
6.	Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos	2005	Artigo	Luísa F. Habigzang, Sílvia H. Koller, Gabriela A. Azevedo e Paula X. Machado	Sim	Família Reconstituída / Famílias Reconstituídas
7.	Adoção emocional em famílias de recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padarasto/madrasta e seus enteados	2005	Dissertação	Rosa Maria Ferreira Ribeiro	Sim	Padrasto/Padrastos
8.	As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados	2012	Artigo	Priscilla de O. M. Silva, Zeidi A. Trindade e Annor da S. Junior	Sim	Recasamento / Recasamentos
9.	As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro	2009	Artigo	Débora S. Cano, Leticia M. Garbarra, Carmen O. Moré e Maria A. Crepaldi	Sim	Recasamento / Recasamentos
10.	Casamento atual e famílias reconstituídas: dilemas e peculiaridades	2006	Artigo	Nairo de Souza Vargas	Não	Recasamento / Recasamentos
11.	Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade	1998	Artigo	Terezinha Feres-Carneiro	Sim	Recasamento / Recasamentos
12.	Configuração e estrutura familiar: um estudo comparativo entre famílias originais e reconstituídas	1999	Artigo	Adriana Wagner, Sílvia C. Halpern e Ellen A. Bornholdt	Sim	Padrasto/Padrastos
13.	Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes	1997	Artigo	Adriana Wagner, Luciane de S. Ribeiro, Adriane X. Artech e Ellen A. Bornholdt	Sim	Família Reconstituída / Famílias Reconstituídas
14.	Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento	2003	Tese	Susan Travis	Sim	Recasamento / Recasamentos
15.	Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos de vida	1996	Artigo	Adriana Wagner, Denise Falcke e Eliane B. D. Meza	Sim	Família Reconstituída / Famílias Reconstituídas
16.	Crianças com problemas de comportamento exteriorizado e a dinâmica familiar	2004	Artigo	Maria Auxiliadora Dessen e Adriane C. Szelbracikowski	Sim	Padrasto/Padrastos
17.	Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual	2010	Artigo	Antônio de P. Serafim, Fabiana Saffi, Maria Fernanda F. Achá e Daniel M. de Barros	Sim	Padrasto/Padrastos

	TÍTULO	ANO	TIPO	AUTOR(ES)	DISPONÍVEL	DESCRITOR
18.	Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório	2006	Dissertação	Sonia Fortes do Prado	Sim	Padrasto/Padrastos
19.	Do casal recasado à família recasada: expectativas em relação à paternidade	2001	Dissertação	Mirna Maria N. Branco	Não	Recasamento / Recasamentos
20.	E viveram felizes...até o próximo casamento: o recasamento e a emergência de novas subjetividades	2010	Dissertação	Juliana de Almeida Ribeiro da Costa	Sim	Recasamento / Recasamentos
21.	Ele, o marido da minha mãe: atributos do papel de padrasto entre adolescentes	2005	Dissertação	Patrícia Cristóforo David	Sim	Padrasto/Padrastos
22.	Família recasada: suas possibilidades de reorganização a partir de um ciclo de vida específico	1989	Dissertação	Maria Aparecida Penso	Não	Padrasto/Padrastos
23.	Famílias incestuosas de classes populares: seus personagens e dinâmica relacional	1999	Dissertação	Sueli Z. P. Barison	Não	Padrasto/Padrastos
24.	Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades	2012	Artigo	Juliana M. Costa e Cristina M. de S. B. Dias	Sim	Recasamento / Recasamentos
25.	Filhos no recasamento estudo de caso com famílias em segunda união	2011	Tese	Wladimir Porreca	Não	Recasamento / Recasamentos
26.	Filhos, pais, padrastos: relações domésticas em famílias recompostas das camadas populares	2010	Tese	Felipe Watarai	Sim	Padrasto/Padrastos
27.	Interação das dimensões de individualidade e conjugalidade no recasamento	1992	Artigo	Jesus Garcia Pascual	Não	Recasamento / Recasamentos
28.	Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: ingerência invasiva ou proteção de vida?	2009	Artigo	Viviane A. dos Santos, Liana F. Costa e Ivonete A. C. L. Granjeiro	Sim	Padrasto/Padrastos
29.	Irmãos, meio irmãos e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento	2005	Tese	Adriana Leonidas de Oliveira	Sim	Recasamento / Recasamentos
30.	Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer	2010	Dissertação	Márcia Candelária da Rocha Ramos	Sim	Padrasto/Padrastos
31.	Mamãe casou: a perspectiva infantil sobre os relacionamentos conjugais pós-divórcio	2006	Dissertação	Flávia Maria Scigliano	Sim	Padrasto/Padrastos
32.	No fogo cruzado: desafios e vivências de pais e mães recasados	2009	Dissertação	Laura Cristina Eiras Coelho Soares	Sim	Padrasto/Padrastos
33.	Novas configurações familiares e seus vínculos sócio-afetivos	2006	Dissertação	Beatrice Marinho Paulo	Sim	Recasamento / Recasamentos
34.	O abuso sexual e a criança: o caso João e Maria	2005	Artigo	Paula W. Ribeiro e Vânia Conselheiro Sequeira	Sim	Padrasto/Padrastos
35.	O exercício da paternidade após a separação: um estudo sobre a construção e a manutenção do vínculo afetivo entre pais e filhos na família contemporânea	2003	Dissertação	Cristina Ribeiro Teixeira Dantas	Sim	Recasamento / Recasamentos
36.	O recasamento e a representação gráfica da família	2000	Artigo	Adriana Wagner e Terezinha Feres-Carneiro	Sim	Recasamento / Recasamentos

	TÍTULO	ANO	TIPO	AUTOR(ES)	DISPONÍVEL	DESCRIPTOR
37.	O subsistema fraterno na família recasada	2011	Artigo	Daniela H. Amaral e Cristina M. de S. B. Dias	Sim	Padrasto/Padrastos
38.	Padrasto, o novo pai: nova postura	2004	Artigo	Graciella L. Tomé e Lígia Schermann	Sim	Padrasto/Padrastos
39.	Parentalidade em tempo de mudanças: desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento	2007	Tese	Luciana Suárez Grzybowski	Sim	Recasamento / Recasamentos
40.	Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal	2004	Artigo	Cristina Dantas, Bernardo Jablonski e Terezinha Féres-Carneiro	Sim	Recasamento / Recasamentos
41.	Percepção de conflito em uma família recasada constituída por um filho com paralisia cerebral	2012	Artigo	Hilda R. M. de Freitas, Simone S. C. Silva e Fernando A. R. Pontes	Sim	Padrasto/Padrastos
42.	Percepções e expectativas dos adolescentes ao recasamento de suas mães	1999	Dissertação	A. D. L. Wagner	Não	Padrasto/Padrastos
43.	Práticas parentais e recursos do ambiente de famílias nucleares, monoparentais e recasadas e o comportamento de crianças durante a transição para o ensino fundamental	2011	Tese	Vanessa Barbosa Romera Leme	Sim	Recasamento / Recasamentos
44.	Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: uma revisão da literatura	2007	Artigo	Maria Auxiliadora Dessen e Adriane C. Szelbrackowski	Sim	Família Recasada / Famílias Recasadas
45.	Recasamento e filhos adolescentes: um estilo de vida em negociação	2008	Dissertação	Christina Manço Cury	Sim	Recasamento / Recasamentos
46.	Recasamento e recomposição familiar: questões metodológicas, de linguagem e das teorias	1990	Artigo	Júlia S. N. F. Bucher e Maria Alexandra M. Rodrigues	Sim	Recasamento / Recasamentos
47.	Recasamento: percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento	2010	Dissertação	Daniela Heitzmann Amaral	Sim	Padrasto/Padrastos
48.	Reorganizações familiares: as possibilidades de saúde apartir da separação conjugal	1992	Artigo	Liana F. Costa, Maria Aparecida Penso e Terezinha Féres-Carneiro	Não	Recasamento / Recasamentos
49.	Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco	2003	Tese	Alessandra M. Cecconello	Sim	Família Reconstituída / Famílias Reconstituídas
50.	Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada	2007	Artigo	Aline C. Siqueira e Débora D. Dell'Aglio	Sim	Padrasto/Padrastos
51.	Ser ou não ser: a experiência do homem nos cuidados dos filhos da companheira	2003	Tese	Maria Thereza de Alencar Lima	Sim	Padrasto/Padrastos
52.	Toda criança tem família: criança em situação de rua também	2007	Artigo	Simone dos S. Paludo e Silvia H. Koller	Sim	Família Reconstituída / Famílias Reconstituídas
53.	Um estudo sobre o recasamento no Brasil	1987	Artigo	E. M. A. S. Woods	Não	Padrasto/Padrastos
54.	Vivendo casamentos, separações e recasamentos: um estudo sobre o campo representacional da conjugalidade	2009	Tese	Priscilla de Oliveira Martins	Sim	Recasamento / Recasamentos

Apêndice

B

Apêndice

Apêndice B - Roteiro de Leitura

TIPO DE DOCUMENTO	Dissertação
TÍTULO	A Arte de Recomeçar: uma compreensão da dinâmica das famílias recasadas
AUTOR	Juliana Monteiro Costa
ANO/LOCAL	2008/Recife
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Psicologia
APORTE TEÓRICO	Teoria Geral dos Sistemas (TGS)
IMPRESSÕES INICIAIS	<p>A autora fala das várias possibilidades na formação de um grupo familiar apesar de ainda ser forte uma maior valorização do modelo de família nuclear; fala da dificuldade de se nomear as relações criadas entre os novos membros da família recasada; os papéis e funções na família recasada não são claramente definidos; não há respaldo jurídico para a autoridade do padrasto/madrasta em função de não haver o vínculo biológico; já há um movimento de desmistificação de paradigmas em relação ao recasamento que pode ser uma estrutura nova e não uma cópia imperfeita da família nuclear, com possibilidades de padrasto e madrastra serem inseridos no sistema com um papel específico; esses núcleos familiares são tão capazes de promover a saúde quanto as famílias de primeiro casamento; é importante o entendimento e a aceitação de diferentes regras de funcionamento familiar e a noção de que a diferença não constitui um problema e são elementos fundamentais para a compreensão, integração, interação e tratamento dessas famílias; o processo de reestruturação da família recasada não é necessariamente desencadeador de problemas; em muitas ocasiões um padrasto pode substituir, de forma satisfatória, a figura de um pai ausente; o tempo é um elemento precioso para que uma família recasada alcance o estágio de desenvolvimento familiar; ao se tentar imitar o modelo da família nuclear na família recasada, pode haver competição entre padrasto e enteados pela primazia em relação a esposa/mãe, pondo os relacionamentos no mesmo nível; os padrastos e enteados podem desenvolver um relacionamento semelhante ao relacionamento dos pais, como também com qualquer modelo de relacionamento amigável que desejarem; mitos: amor instantâneo e a figura do padrasto associada a violência, opressão e abuso de poder; conflito de lealdade(enteados-pais-padrastos); em nossa cultura os rituais marcam para um público mais amplo "quem é quem"no grupo familiar.</p>